



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

ESPAÇOS ENVILECIDOS:

**O MEDO DO CRIME NOS
MORADORES DA PERIFERIA DE
BAIRROS SOCIAIS**

TIAGO PIRES DA SILVA

Orientadora de Dissertação:
PROF.^a DOUTORA LÚCIA G. PAIS

Coordenadora de Seminário de Dissertação:
PROF.^a DOUTORA LÚCIA G. PAIS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTE EM Psicologia
Especialidade em Psicologia Clínica

2009

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da GGES, nº19673, publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Agradecimentos

O percurso que fiz no Instituto Superior de Psicologia Aplicada foi longo mas graças a um conjunto de pessoas tornou-se muito mais rápido e fácil. É a essas pessoas que quero, prestar os meus mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, Francisco e Teresa, por tudo o que me proporcionaram ao longo destes 25 anos de vida e em especial ao longo dos últimos seis anos, nos quais me encontrei a estudar no ISPA. Sei que fizeram sacrifícios e que adiaram alguns sonhos para que eu pudesse ter todas as condições para estudar e viver o academismo da cidade de Lisboa. É por isso, para eles o primeiro e, claro, maior agradecimento.

Em segundo lugar gostaria de agradecer à minha namorada, companheira de há mais de seis anos, Cátia, com a qual cresci e que me serviu de amparo, força e motivação quando tudo o resto parecia desabar à minha volta. Agradeço-lhe por acima de tudo saber compreender e perdoar.

Gostaria de agradecer também, à Prof.^a Doutora Lúcia Pais, alguém que para além de uma excelente conhecedora é, hoje, uma boa amiga. Agradeço-lhe por todo o empenho com que se dedicou ao meu trabalho e pela forma como sempre me proporcionou momentos de grande aprendizagem.

Agradeço também ao Prof. Doutor António Diniz, por quem nutro uma grande admiração, pela sua excelência não só no campo teórico como na prática. Agradeço-lhe imenso pelo acompanhamento que me fez durante o meu 4^a ano e que me levou a optar por esta área de investigação, culminando no presente trabalho.

Quero agradecer ao Prof. Doutor Luís Fernandes pela inspiração que me deu, através dos seus escritos, dos quais procurei sempre apreender o máximo. É para mim, não só um exemplo de profissionalismo e rectidão, como de coragem e determinação.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os meus amigos e familiares que nas mais diversas ocasiões me proporcionaram momentos de descontração e que permitiram levar a bom bordo este percurso.

A todos eles, muito Obrigado.

**“Só sabemos com exactidão quando sabemos pouco;
À medida que vamos adquirindo conhecimentos, instala-se a dúvida”**

Johann Wolfgang von Goeth (1774)

Resumo

O crime é uma das maiores preocupações das sociedades modernas e está intrinsecamente ligado às grandes cidades e às suas periferias. O crime aparece muitas vezes associado aos bairros sociais das nossas cidades e surge frequentemente na comunicação social acompanhado pelo medo que as pessoas têm dele. Este medo é incapacitante e deriva de múltiplos factores, sendo que pode resultar em mazelas psicológicas que acabam por minar as relações sociais que mantinham até então. É sobre esses factores condicionantes do medo do crime que se debruça este estudo. Utilizando a entrevista semi-directiva recolheram-se testemunhos de habitantes da periferia de bairros sociais e, através da análise de conteúdo, tentou-se aprofundar os conhecimentos existentes acerca deste fenómeno. Os resultados obtidos permitiram comprovar as ideias transmitidas pela revisão bibliográfica de que o medo do crime está extremamente dependente da comunicação social e das notícias que são veiculadas por este meio mas também de uma diversidade imensa de factores. Para além disso, concluiu-se que os habitantes das periferias de bairros sociais demonstram medo de serem vítimas de crimes e esse medo encontra-se associado às incivildades – físicas e morais – presentes nesses locais. Concluiu-se, também, que a maior parte das pessoas sente medo porque não se considera capaz de lidar com situações de crime, nem que exista alguém que os possa socorrer caso esteja em perigo.

Palavras-chave: medo do crime, periferia de bairros sociais, comunicação social, incivildades

Abstract

Crime is one of modern society's biggest concerns and is extremely related to the big cities and their surroundings. Crime is often related with our cities problematic neighborhood and its presence is usual in the mass media, usually side by side with its fear. This fear is incapacitating and drifts from several factors. It can result in psychological problems which deteriorates the social relations of the communities. This work study aims to those constraining factors. Data was collected using semi-directive interviews, in the surrounding area of two problematic neighborhoods, pretending to gather some knowledge from its inhabitants. Content analysis was used to analyze the corpus, in order to go deeper in the knowledge about the fear of crime. The results permit to testify the ideas transmitted by the literature about the connection between the mass media and the fear of crime, besides other factors. It is, also, possible to conclude that the inhabitants from the problematic neighborhood surrounding reveal physical and moral incivilities linked with the fear of crime, and that most of the people who fear crime doesn't feel capable of dealing with crime situations, and that these persons can't see any other people help them in a danger situation.

Key-words: Fear of crime, problematic neighborhoods outskirts, incivilities, mass media

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento teórico	2
1. O medo do crime	2
1.1. Definição	2
1.2. Condicionantes	4
1.2.1. Lugares do medo	4
1.2.2. Género	6
1.2.3. Idade	7
1.2.4. Outros factores	9
1.2.5. Modelo do medo do crime	11
1.3. Aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais	11
2. <i>Mass media</i> e crime	15
3. Os bairros sociais	17
4. Incivilidades	20
5. Problema de investigação	22
II. Método	23
1. Terreno de estudo	23
1.1. Vale de Chícharos (Jamaica)	23
1.2. Quinta da Princesa	24
2. Participantes	25
3. O <i>Corpus</i>	26
4. Instrumentos	26
4.1. De recolha	26
4.1.1. O investigador	26
4.1.2. Guião de entrevista	27
4.1.3. O gravador	28
4.1.4. O diário de campo	29

4.2. De análise	29
4.2.1. Análise de conteúdo	30
4.2.1.1. Amostragem dos dados	31
4.2.1.2. Fidelidade	31
4.2.1.3. Validade	32
5. Procedimento	33
5.1. Critérios de escolha	33
5.1.1. Os bairros	33
5.1.2. O local das entrevistas	33
5.2. As entrevistas	34
5.2.1. As entrevistas-piloto	35
5.2.2. As transcrições	36
5.3. A análise de conteúdo	36
III. Resultados	38
IV. Discussão	48
V. Conclusão	57
Referências	60
Anexos.....	72

Índice de tabelas

Tabela 1. Medo do crime por faixa etária (adaptado de Reid, 1997)	7
Tabela 2. Distribuição da frequência das u.r. por pelas pré-categorias	38
Tabela 3. Distribuição da frequência das u.r. pelas categorias	39
Tabela 4. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.1	40
Tabela 5. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.2	41
Tabela 6. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.3.....	42
Tabela 7. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.4.....	43
Tabela 8. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.5.....	44
Tabela 9. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.1.....	44
Tabela 10. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.2.....	45
Tabela 11. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.3	45
Tabela 12. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.4	46
Tabela 13. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria D	47

Índice de anexos

ANEXO 1 - Modelo para o medo do crime	73
ANEXO 2 – Pedido de colaboração escrito à C.M. Seixal	74
ANEXO 3 - Edifícios degradados no bairro de Vale de Chicharos (Jamaica)	75
ANEXO 4 - Vista aérea do bairro de Vale de Chicharos (Jamaica)	76
ANEXO 5 - Edifícios do bairro da Quinta da Princesa	77
ANEXO 6 - Vista aérea do bairro da Quinta da Princesa	78
ANEXO 7 - Distribuição dos entrevistados por leques etários	79
ANEXO 8 - Distribuição dos entrevistados por habilitações literárias	80
ANEXO 9 – Entrevistas (excertos)	81
ANEXO 10 – Guião de entrevista (excerto)	84
ANEXO 11 - Grelha de análise de conteúdo	85
ANEXO 12 – Distribuição das unidades de registo por subcategorias	90

Introdução

O crime é, hoje em dia, uma das maiores preocupações das pessoas, independentemente do local onde estas possam viver. Esta preocupação, muitas vezes, aumenta até certo ponto e chega mesmo a assumir a forma de medo. Com o crescente aumento da variedade e quantidade dos meios de comunicação social, o medo do crime é, cada vez mais, publicitado por esta via e surge frequentemente em relatos de moradores, não só de bairros sociais, como das suas periferias. É exactamente aqui que se encontra o ponto de partida para este estudo. Ou seja, com a realização deste trabalho, procura-se compreender de uma forma mais aprofundada quais os mecanismos que operam na formação do medo que as pessoas têm de serem vítimas de crimes e que relação existe entre estes mecanismos e os bairros sociais.

Desta forma, os investigadores recorreram a técnicas de investigação qualitativa que permitissem a aproximação aos moradores das periferias de dois bairros sociais na zona da Grande Lisboa. Utilizou-se a técnica da entrevista semi-estruturada com orientação semi-directiva, para que a liberdade do entrevistado fosse maior, sem nunca perder o rumo do tema que era abordado. Para isso foi criado um guião de entrevista baseado nas leituras efectuadas relativamente ao tema do medo do crime, de forma a conseguir focar alguns pontos que foram considerados importantes aquando do início deste estudo. Posteriormente, procedeu-se à análise das entrevistas através de uma grelha de análise de conteúdo concebida, também ela, de origem e com o móbil de permitir que se fizessem inferências a partir do *corpus* obtido. Estas inferências foram realizadas através das relações entre os resultados das subcategorias da grelha de análise e posteriormente cruzadas com a literatura consultada e exposta no enquadramento teórico.

Com o desenvolver do trabalho – não fosse este um estudo exploratório – foram surgindo novas questões relacionadas com o tema do medo do crime e dos bairros sociais. Foi, por isso, necessário fazer ajustes na grelha de análise contando sempre com o auxílio de um juiz independente em caso de dúvidas. Desta forma, foi possível chegar a conclusões que permitem aprofundar o estudo do medo do crime (daquilo que o determina mas também das suas implicações nos indivíduos). No entanto, crê-se que muito trabalho haverá ainda por fazer no âmbito deste tema.

I. Enquadramento Teórico

1. O Medo do Crime

1.1. Definição

O medo do crime, segundo Walklate (2007), tomado enquanto conceito, remonta a meados do século XVIII, aquando da Revolução Francesa, relacionado com os tumultos provocados pelo povo e pela pequena burguesia da altura. Com a viragem para o século XIX, essas preocupações deixaram de se centrar apenas em determinadas classes sociais para se direccionarem para determinados tipos de crime. Um bom exemplo disso será o pavor que as mulheres londrinas tinham de sair à noite, dados os inúmeros ataques de um criminoso, posteriormente denominado *Jack the Ripper*, em 1888. Lee (in Walklate, 2007) refere que a primeira vez que o termo foi usado, terá sido por volta dos anos 30 do século XX, mas foi nos anos 50 que ele passou a ter uma face mais reconhecível através do mediatismo que a televisão passou a conceder-lhe na sua antena diária. Foi, de facto, através da televisão e da sua visibilidade noutros órgãos de comunicação social, que o termo “medo do crime” passou a ser utilizado enquanto conceito.

No decorrer das últimas décadas, o medo do crime tornou-se num dos temas mais debatidos dentro da comunidade de estudos criminais e trazidos para as ciências sociais e humanas pelo discurso político, tendo sido debatida por pessoas dos mais diversos quadrantes profissionais ligados ao crime. Este debate constante levou a um aprofundamento do tema que se materializou numa grande quantidade de trabalhos académicos que se vão desenvolvendo anos após ano. O crescente interesse sobre este fenómeno levou mesmo alguns autores a considerar que o que era produzido actualmente pelos académicos norte-americanos sobre o medo do crime estava a alcançar proporções superiores à *General Motors* (Bannister, Ditton, Farral, & Gilchrist, 1999). De facto, o tema do crime é algo bastante difundido em diversos meios. Tal pode ser visto através de uma pesquisa rápida no motor de busca *Google*, através do descritor “medo do crime” com a qual encontramos mais de 258 mil entradas. Se, em vez destas palavras, usarmos o seu equivalente em inglês, o número sobe para 170 milhões.

Apesar de serem muitos os estudos sobre este tema, parece não haver uma definição concreta sobre o que é o medo do crime. Isto, talvez, porque aquilo a que chamamos medo ou insegurança é um conceito vago, sem fronteiras definidas à partida (Fernandes & Carvalho, 2000) e pode ser definido mais claramente através das mazelas que provoca do que pelos conceitos.

Torna-se, por isso, complicado inquirir as pessoas acerca desse assunto quando se desenvolve um estudo deste género. Perguntar a um leigo na matéria (salvo, como é obvio, ser perito na vivência) “O que é para si o medo do crime?”, terá com certeza uma resposta clara: “o medo do crime não se vê, sente-se”.

No entanto, outros autores enveredaram por uma teorização do conceito medo do crime. Para Pain (2000, p. 367) o medo do crime “descreve um largo espectro de respostas, tanto emocionais como físicas, a um determinado tipo de crime”, enquanto que, para Nasar (1992, p.189), é o “resultado de uma interacção entre factores de macro e micro importância”. Para Hale (1996) o medo do crime refere-se ao medo de se ser vítima de um crime e não à probabilidade de se ser vítima de crime. Outra visão têm van der Wurff e Stringer (1988) que, baseando-se nos trabalhos realizados por Frijda, Rachman e Sluckin, referem que o medo do crime é “a percepção por parte do indivíduo de que existe uma ameaça grave ao seu bem-estar, acompanhada por um sentimento de incapacidade de estar à altura do desafio” (p. 136).

Na história, o medo de ser vítima mostrou-se mutável embora exista, desde sempre, na cultura ocidental (Pearson, 1983); se não o medo, pelo menos o conceito de crime. Enquanto que, há menos de um século atrás, na cultura ocidental, era aceitável desafiar alguém para um duelo até à morte, hoje em dia, a tal acto, é atribuída uma pena judicial que em muitos países é, ainda, capital. A própria cultura, também quanto ao crime, assim como relativamente a outros assuntos, tem mostrado significativa evolução no decorrer do tempo, sendo ela própria o motor de mudança dos conceitos. A própria figura do criminoso tem vindo a sofrer alterações com a mudança no conceito de crime sendo, hoje em dia, tipificado pelo jovem cidadão, do género masculino consumidor de drogas, incontrolável e que não tem respeito pelas normas vigentes (Jackson, 2006).

No que diz respeito ao medo de vitimização, seja relativo ao abuso de cariz sexual ou ao medo de sofrer injúrias físicas para a obtenção de algum bem material, ele faz parte do imaginário de todos os que vivem numa grande cidade. Assim é, já que o “medo de se ser vítima de um crime parece ser inseparável não só do próprio crime e desordem presentes nas cidades ocidentais como de um espectro de problemas sociais e económicos” (Pain, 2000, p. 365). Este medo de ser vítima acaba por ter graves consequências não só ao nível individual, pois causa uma diminuição na qualidade de vida dos indivíduos, como, também, ao nível social, já que se gera um clima de desconfiança que em nada favorece a rede de relações entre a população (Hale, in Jackson, 2006).

Para além disso, podem fragilizar a saúde pública, alterar actividades rotineiras e hábitos, tornar determinadas áreas da cidade em “sítios a evitar”, e minar a coesão comunitária, a confiança e a estabilidade da vizinhança (Chandola, Marmot, & Stafford, 2007; Hale, 1996).

Apesar de tudo, este medo, que para alguns se torna um factor de restrição social, “nem sempre está correlacionado com a verdadeira ocorrência de crimes” (Maxfield & Skogan, cit. in Nasar, 1992, p. 187), acabando por se tornar mais frequente que o próprio crime (Kim, Mackin, & Schweitzer, 1999). De facto, apesar de em alguns locais as taxas de crime estarem a baixar drasticamente quando comparadas com os meados dos anos 1990 (Clarke, Forde, & Weinrath, 2007; Dolliver, 2007; Walklate, 2007), as pessoas não sentem menos medo por isso. Além disso, “com a redução do crime, a não ser que vivam num bairro problemático, as pessoas apenas têm acesso a estas notícias através da televisão” (Dolliver, 2007, p. 42). Assim sendo, quando um local conhecido pela sua criminalidade, baixa os índices de crime, os seus habitantes acabam por temer que o crime regresse quando estão menos alerta (Crime is Low, but Fear Knows No Numbers, 2007). As pessoas tendem a temer que, quando o crime baixa, as autoridades deixem de patrulhar tão convenientemente a sua zona como antes. Desta forma os seus habitantes estariam muito mais desprotegidos e sujeitos a ser vítimas de crimes com mais facilidade.

1.2. Condicionantes

O medo do crime é influenciado por vários factores: localização geográfica, idade, género, sendo que todas eles têm implicações na determinação do medo do crime

1.2.1. Lugares do medo

Pegando nas palavras de Fernandes e Carvalho (2000) para se referirem ao termo *áreas naturais*, o “medo tem lugares” (p. 59), ou seja, é possível traçar uma rota, uma área, que as pessoas evitam frequentar porque estão associadas ao crime e o crime provoca medo. De facto, a percepção pública da estabilidade de um determinado local influencia, segundo alguns autores, os índices de medo do crime, ou seja, quanto menor for a percepção de que o local onde habitam é seguro, mais elevado será o seu receio de vitimização (Jackson, 2004; Kelling & Wilson, 1982; Maxfield & Skogan, 1981). Bannister (1993) defende que as incidências e o risco de crime se tenham acoplado na mente pública com questões relacionadas com a estabilidade social, o consenso moral e com processos informais de controlo colectivo, que estão subjacentes à ordem nos locais

de residência. Alguns estudos apontam para que os habitantes de grandes meios populacionais, apresentam índices de medo de crime mais elevados do que habitantes de zonas rurais (Hunter, Krannich, & Smith, 2002; Mawby, 2007). Esta diferença é justificada pela distância entre as populações, assim como pelo número reduzido de habitantes nas áreas rurais. No entanto, outros estudos referem que essas diferenças são devidas, não ao número de crimes que acontecem, mas, sim, ao tipo de crimes de que podem ser vítimas. Para além disso, há a ter em conta que as crescentes alterações que se têm verificado nas áreas rurais acabam por aumentar os índices de criminalidade e o medo do crime nestas áreas (Povey et al., in Pain, 2000).

Uma das formas mais evidentes que este medo assume é o receio de andar na rua durante a noite. Segundo um estudo realizado no Canadá, por Horton (1988), 30% das pessoas que habitam zonas rurais teme andar na rua durante a noite, mas este número duplica quando falamos de pessoas que moram em grandes centros populacionais (60%). De facto, perguntando às pessoas se elas tendem a evitar determinadas áreas, se protegem determinados objectos ou se tomam medidas preventivas, permite-nos entender a forma como as pessoas lidam com este medo. No entanto, há que ter em conta que falar sobre o medo do crime desta forma pode torná-lo em algo extremamente linear, já que a questão que é colocada incide no comportamento actual e em factos objectivos, como são, por exemplo, a quantidade de dinheiro dispendido num alarme anti-roubo ou em fechaduras extra. Contudo, é importante ter em conta que alguns aspectos do medo podem ser benéficos para algumas pessoas, já que podem criar “defesas naturais” contra o crime. Em suma, quando o risco de crime é real, um nível específico de medo pode ser, de certo modo, funcional, já que a preocupação acerca do crime pode estimular outras precauções que, por sua vez, tornam as pessoas mais seguras, reduzindo os riscos de vitimização. Para além destes dados há ainda a reter o resultado de um estudo realizado por Roman e Chalfin (2008) que refere que quanto maior for o número de anos que se vive em determinado local, menor será o medo do crime acontecer perto do local de residência.

Assim sendo, podemos concluir relativamente à localização geográfica que, dentro desta, existe uma multiplicidade de questões que contribuem para que se constitua como um factor determinante no desenvolvimento do medo do crime.

1.2.2. Género

O género tem sido apontado como um dos principais factores a influenciar o medo do crime e, aparentemente, são as mulheres que apresentam uma maior percentagem de respostas positivas quando aborda este tema (Roman & Chalfin, 2008; Donnermeyer, O'Bryant, & Stafford, 1991; Pain, 2000). O *Australian Institute of Criminology* (Lee, 1999) apresentou em 2005 um estudo que revelou que 13% dos homens e 41% das mulheres têm medo de caminhar perto da sua zona de residência depois de anoitecer. Um estudo semelhante, conduzido pelo *Bureau of Justice Statistics* (in Buunk & Fetchenhauer, 2005), revela que nos Estados Unidos da América, esses números são ainda maiores: 38% dos homens e 62% das mulheres dizem existir pelo menos um sítio, num raio de uma milha (1,6 Km), onde não andariam sozinhos durante a noite. Dados semelhantes a estes são encontrados quando a mesma pergunta é colocada a habitantes de Wellington, capital na Nova Zelândia (Lee, 1999). Estes três estudos remetem-nos para a ideia de que, de facto, as mulheres são mais temerosas do crime do que os homens, embora alguns estudos apontem para a evidência de que o índice de vitimização é superior nos homens (Lee, 2007). Estes valores podem ser justificados pelo facto do medo das mulheres derivar essencialmente da sua vulnerabilidade a crimes de índole sexual (Burgess & Crowell, 1996; Gordon, Riger, & Warr, in Pain, 2000). No entanto, o que acaba por determinar esta discrepância de números entre os dois géneros é que há uma transposição deste medo para outros tipos de crime (Ferraro, 1996). Não é de um momento para o outro que as mulheres ficam cientes deste medo e muito menos nascem com ele. As mulheres são programadas socialmente para pensar que ficam vulneráveis se, por exemplo, forem até um parque escuro durante a noite. Pais, pares e a comunicação social enfatizam e reafirmam este medo e, naturalmente, as mulheres acabam por lhe ceder.

Este medo é justificado como sendo resultado de outros factores, como: maior temor pelos seus filhos e um menor controlo espacial, relativamente aos homens. No entanto, há autores que referem apenas que para muitas mulheres o medo do crime em determinados locais, é simplesmente o medo dos homens (Valentine, in Pain, 2000). A mulher que Koskela (in Pain, 2000) aborda no seu estudo é um reflexo disso. Considera, por exemplo, o Verão e o Inverno equitativamente perigosos, no entanto, por razões diferentes. No Inverno a mulher tem medo de passear na rua porque refere haver menos pessoas, e havendo menos luz os atacantes podem facilmente esconder-se nas sombras. No Verão o tempo está mais ameno e há mais homens a caminhar nos parques e nas florestas (Koskela, in Pain, 2000).

No entanto, e como já foi referido, o medo do crime assumido pelos homens está a ser drasticamente subestimado. Na verdade a clara diferença entre índices de medo do crime entre os géneros pode dever-se apenas ao uso errático de métodos de inquirição desadequados, já que muito dificilmente um homem aceita admitir que tem medo de ser vítima (Bannister, Ditton, Farral, & Gilchrist, 1998). Em diversos estudos de índole qualitativa os resultados mostram-se bastante diferentes do que são apresentados em estudos de tipo quantitativo. Estes índices sempre pareceram anómalos, especialmente num grupo que experimenta frequentemente vivências de maior violência do que as mulheres (Mirrlees-Black et al., in Pain, 2000) e pode estar relacionado com a dificuldade que os homens têm em assumir a vulnerabilidade masculina ao perigo.

No entanto, nem só o medo masculino é desvalorizado nos estudos. Segundo alguns autores, (e.g., Walklate, 2007), o medo que as mulheres têm de ser vítimas de crimes está também a ser exagerado graças, mais uma vez, aos erros metodológicos que os investigadores cometem. Há uma tendência generalizada para assumir que é o género feminino que apresenta índices mais elevados de medo do crime. Essa assumpção acaba por condicionar à partida a escolha dos métodos e, posteriormente, deturpar os resultados. Esta foi uma das razões que determinou o uso do método qualitativo na recolha de dados e dentro deste, a opção pela técnica da entrevista semi-estruturada. Desta forma foi possível estar em contacto privilegiado com os sujeitos e obter o seu discurso na íntegra e não, apenas fragmentado ou constricto a uma estrutura demasiado rígida que pudesse conter as ideias dos entrevistados.

1.2.3. Idade

A idade, a par do género, é um importante factor demográfico na explicação do medo do crime. O que difere entre estes dois factores é que, no caso da idade, o tipo de medo varia. Como se pode verificar no quadro seguinte, de forma geral, os idosos apresentam um maior índice de medo de crime e para certos crimes estes números são, de facto, verdadeiros (Buunk & Fetchenhauer, 2005; de Donder, Messels, & Verté, 2005; Donnermeyer et al., 1991; Lindesay, 1991; Mitchell & Ziegler, 2003; Reid, 1997).

Tabela 1. *Medo do crime por faixa etária (adaptado de Reid, 1997)*

Idade (anos)	18-34	35-54	+ de 54
% medo do crime	18%	21%	26%

No entanto, se para crimes como assaltos e invasões a residência há um maior medo por parte dos idosos, já em crimes como violação e ataques de estranhos, são as pessoas com menos idade que apresentam maiores índices de medo (Evans, 1995).

No entanto, embora, no geral, o medo do crime seja superior em pessoas mais idosas, se formos investigar os índices de vitimização efectiva, verificamos que em pessoas com mais idade estes acabam por ter uma expressão reduzida (Canadian Centre of Justice Statistics, 1995). Estes dados revelam que, embora as pessoas idosas apresentem índices mais elevados de medo de vitimização, na prática elas são menos visadas porque se encontram de certa forma protegidas pela sua casa. Este medo que enclausura os idosos dentro das suas casas acaba por condicionar bastante o seu modo de vida, sendo mais visível na sua mobilidade fora de casa e nas suas relações, que acabam por ficar afectadas. Este condicionamento acaba, tal como noutros segmentos etários, por provocar sentimentos depressivos associados à solidão que acabam por ser mais visíveis nos idosos (Yin & Feinburg, in Pain, 2000).

Se por um lado se desmistifica o medo do crime nos idosos, começamos a reconhecer que os riscos que os idosos correm dentro das suas casas parecem cada vez maiores. Pain (1995) chama a atenção para os crimes de burla e invasão de privacidade serem, cada vez mais, frequentes. A mesma autora (Pain, 2000, p. 376) relembra que a maior parte dos trabalhos efectuados nesta área “não tem em conta os aspectos biográficos dos idosos”. Faz-se notar que muito do medo do crime relatado pelas pessoas mais idosas está relacionado com experiências passadas que acabam por influenciar o seu sentimento de insegurança na actualidade. Além disso há a acrescentar que não só as experiências passadas devem ser tidas em conta na análise biográfica do medo do crime em pessoas mais idosas. Há também que ter em conta a mudança dos tempos e a evolução da presença de crimes aos olhos do mundo. Quando se conversa com pessoas idosas, expressões como “no meu tempo não havia tantos assaltos”, denotam que o evoluir da sociedade afecta penosamente o receio dos mesmos. A face mais visível desta preocupação remete-nos para a contextualização feita por parte dos idosos, quando referem os adolescentes como o grande motor da criminalidade, quando, de facto, a criminalidade é praticada em grande parte por pessoas adultas (Pain, 1995; Brown, Loader et al., in Pain, 2000).

1.2.4. Outros factores

Para além da organização da área geográfica, da idade e do género da vítima, o medo do crime é influenciado por outros factores menores que, no entanto, em determinadas situações, explicam melhor este receio.

Um destes factores é, como já vimos anteriormente, a experiência passada com situações de crime. Embora se tenham efectuado inúmeros estudos sobre este tema no passado, os resultados não tendem a ser convergentes. Um estudo (Dull & Wint, 1997) que abordou os efeitos do crime em estudantes universitários, revelou que os estudantes que já tinham sido vítimas têm menos medo de crimes contra eles próprios e mais medo de crimes contra os seus bens materiais, ao contrário dos seus colegas que nunca foram vítimas. Por um lado, o *Canadian Centre of Justice Statistics* (CCJS) (1995) revelou que, no Canadá, 19% das pessoas que nunca foram vítimas de crime sentiam medo de vir a ser. Por outro lado, 30% das pessoas que já tinham sido vítimas de (pelo menos) um crime, apresentavam evidências de medo do crime. Um bom exemplo de crime que provoca medo de vitimização é o assalto de rua, já que envolve geralmente um estranho, armas, confronto físico e perda substancial de valores materiais (Skogan & Klecka, 1997).

Por outro lado, os crimes que provocam maior receio de andar na rua perto da própria casa durante a noite, são: crimes de violação; assalto com arma; assalto a residências; vandalismo; roubo de viatura; entre outros (Canadian Centre of Justice Statistics, 1995). Outros autores defendem, por outro lado, que o medo do crime é mais evidente em pessoas cuja experiência de vitimização se relaciona com casos de invasão de propriedade e furto nas suas residências (Sprott & Doob, 1997). Os mesmos autores, defendem que as vítimas de crime não devem ser inseridas num grupo homogéneo, mas sim, pelo contrário, num “grupo heterogéneo de sujeitos condicionados por experiências diversas com o crime” (p. 287).

Outro factor que acaba por influenciar o medo de vitimização é a sua etnia e/ou herança cultural. Esta diferenciação não se mostra apenas ao nível da percentagem de pessoas que tem medo dentro de cada grupo étnico mas, sim, pelo tipo de crimes que cada etnia teme mais (Taylor, Eitle, & Russell, 2009). Os indivíduos com origem asiática tendem a temer mais crimes relacionados com assédio racial, assaltos, violações e vadiagem (Hough, 1995), enquanto que para indivíduos negros, o maior medo, é o de serem vítimas de roubo de automóveis. Na verdade, os indivíduos caucasianos são os que sentem menos medo relativamente a qualquer tipo de crime (Evans, 1995; Parker, 1988; Walker, 1994), embora foquem o seu medo, geralmente, sobre

membros de outros grupos étnicos (Chiricos et al., in Pain 2000). Estas evidências comprovam que são as “minorias que apresentam maior índice de medo” (Mayhew, cit. in Pain, 2000, p. 377), já que, à semelhança dos idosos, são o segmento populacional que apresenta maiores dificuldades em estabelecer ligações com outros indivíduos fora do seu extracto populacional.

Outro condicionante dos índices de medo do crime é a visibilidade policial. Segundo um estudo realizado por Ferguson e Mindel (2007), a variável policiamento constitui um factor importante na determinação do medo. Os autores referem que os locais em que o policiamento é visível, oferecem um nível de segurança mais elevado às pessoas que lá vivem. As pessoas consideram que o facto de existir um agente de autoridade nas redondezas acaba por afastar os criminosos. No entanto, este estudo (Ferguson & Mindel, 2007) demonstra também que o policiamento não é determinante quanto à quantidade de crimes a ocorrer, mas sim para o tipo de crimes que ocorrem. Quando o policiamento é mais visível, o número de crimes não diminui, o que diminui é a violência desses crimes, assim como a sua visibilidade.

A escola francesa, por sua vez dá um grande ênfase às incivilidades. Roché (1994, p. 24), refere que as incivilidades “constituem precisamente aquilo que alimenta a inquietação e reforça o argumentário da insegurança. São esses actos que cada um identifica como sinais da impotência dos polícias, do laxismo dos magistrados e da esterilidade do trabalho social”. Para este autor existem dois níveis *ideal-típicos*: o medo e a preocupação com a ordem. O medo é visto, pelo autor como um estado psíquico passageiro ligado a um risco, ou como um medo difuso, que permanece para lá dos acontecimentos que o provocaram, podendo ser, também, uma construção social (Roché in Vasconcelos e Sá, 2000). Ou seja, “as pessoas têm mais medo, não dos riscos mais frequentes, mas dos maiores perigos, ou do que consideram ser os maiores perigos” (Vasconcelos e Sá, 2000, p. 1). Vasconcelos e Sá (2000) conclui a partir das palavras de Roché que o sentimento de insegurança, que se materializa no medo, é biunívoco. Por um lado temos o medo dos cidadãos face ao crime e à incapacidade do Estado para o resolver. Por outro, o medo do Estado face aos cidadãos pelo facto de eles porem em causa o seu monopólio da violência legítima, pondo em causa a existência da Ordem Social que o mesmo Estado representa. No que diz respeito ao segundo ideal-típico – a preocupação com a ordem – Roché (in Vasconcelos e Sá, 2000), considera que o sentimento de insegurança comporta diversos tipos de preocupações: verbais, comportamentais, individuais ou colectivas. O mesmo autor (Roché in Vasconcelos e Sá, 2000), considera que este sentimento se cristaliza sobre um objecto que é o crime, num sentido lato, e nos seus autores. Esta inquietação, (que Roché assimila ao sentimento

de insegurança), e “que aparece simultaneamente com a paixão securitária, vai implicar, para o autor, uma demarcação muito clara entre os que são vítimas de crimes (sabemos que se trata de pequenos crimes), e de incivildades, e os outros - os que os praticam” (Vasconcelos e Sá, 2000, p. 3).

1.2.5. Modelo do medo do crime

Dois dos autores que mais se debruçaram sobre o medo do crime e as suas causas foram van der Wurff e Stringer (1998). Estes autores, apresentam-nos modelo do medo do crime onde referem existir três componentes gerais que condicionam o medo: existência de bem-estar relativo; um ataque a esse bem-estar; e, como já foi referido anteriormente, uma incapacidade de lidar com esse ataque. Criaram, então, um modelo explicativo que põe em prática estes conceitos (van der Wurff & Stringer, 1998) (vd. Anexo 1).

Descrevendo sumariamente cada um dos constituintes deste modelo, tem-se que a atractividade diz respeito ao modo como cada sujeito se vê, atraindo o crime para si, enquanto que a má intenção se refere à crença de que existem pessoas com más intenções relativamente a si. Quanto ao poder próprio e ao poder do outro, estes funcionam como os pesos de uma balança, ou seja, se o sujeito pensa que o seu poder próprio é superior ao poder do outro o seu medo do crime será menor já que, desta forma, terá capacidade de lidar com os ataques dos outros. Se, em vez disso, a relação entre esses dois factores for inversa, o sujeito tenderá a sentir o medo de forma mais acentuada, já que não se sente com poder para conseguir contornar determinadas situações. Por último, o espaço criminalizável refere-se ao conceito de Newman (cit. in van der Wurff & Stringer, 1998), denominado por “espaço defensável” (p. 136), e tem a ver com a capacidade de um sujeito conseguir de imaginar um crime a acontecer num determinado espaço, tomando-o como perigoso. Outros autores defendem que a preocupação pública acerca da desordem dentro da sua zona de residência, a coesão social e a eficácia colectiva em lidar com estes factores são determinantes no desenvolvimento, ou não, de receio de vitimização (Perkins & Taylor, 1996; Wyant, 2008).

1.3. Aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais

Resistamos, pois, à concepção substancialista da insegurança: ela não é uma “coisa”, mas uma ressonância emocional - remete para o medo, e este pertence à esfera do psicológico e do subjectivo.

Estamos perante um fenómeno que vive na conjunção de práticas sociais com o psicológico, que é a ressonância daquelas (Fernandes & Carvalho, 2000, p. 61).

O medo de sermos vítimas de crime pode originar problemas graves ao nível do nosso comportamento social e diminuir progressivamente a capacidade de nos relacionarmos socialmente com os que nos rodeiam. É exactamente isto que diz um estudo realizado por Chandola e colaboradores (2007), ao afirmar que o medo do crime está associado à saúde mental numa relação de causa e efeito. Ou seja, os resultados deste trabalho reflectem as consequências do medo de ser vítima de crime sobre o desenvolvimento de patologias de índole depressiva, especialmente em mulheres. No entanto, também os homens são afectados no seu comportamento devido ao medo de serem vítimas, embora, como já foi falado anteriormente, tenham alguma relutância em admiti-lo (Hay, in Pain, 2000). De facto, pessoas com maior medo de crime são mais propícias a deixar de praticar exercício ou visitar amigos, passando assim a estar menos envolvidas nas actividades da sua comunidade. No entanto, ao contrário do que se possa pensar, este fenómeno não atinge apenas pessoas mais idosas. O mesmo estudo referido anteriormente, de Chandola e colaboradores (2007), chama a atenção para o facto dos adolescentes sofrerem com patologias depressivas por causa do seu receio de serem vítimas de crime.

Allen, Reed e Sanchirico (1988), ao tentar em definir o medo do crime, defendem mesmo a impossibilidade de se dividir o medo do crime e a alteração do comportamento dos indivíduos: “as pessoas que temem o crime tendem a restringir o seu comportamento” (p. 827) face a diversos aspectos como os sítios que frequentam, as horas a que saem à rua, evitando comportamentos que possam comportar riscos. Este medo acaba muitas vezes por tornar-se patológico, na medida em que não só fomenta a alteração de comportamentos perfeitamente aceitáveis para outros, estranhos à nossa cultura, como, também, acaba por provocar ansiedade (Donnermeyer et al., 1991; Heath, 1984; Heath & Rosenbaum, 1990; Jackson, 2006; Kaniasty & Norris, 1992; Keane, 1992; van der Wurff & Stringer, 1998). Muitas pessoas acabam por se refugiar em casa e não saem de lá senão quando a isso são obrigadas, por motivos de trabalho ou outros que não possam ser adiados. Como é referido por Rainwater (cit. in van der Wurff & Stringer, 1998, p. 297), “a casa é por vezes como o céu, um abrigo contra os perigos da sociedade”.

Podemos, então, dizer que o aspecto fulcral do medo do crime é o espectro de emoções que é provocado nos cidadãos pelo medo da vitimização. Enquanto que, a maioria das pessoas pode-se

sentir revoltada com a extensão e proliferação do crime, a maior parte dos estudos tende a questionar sobre que tipo pessoas lhes causa medo e o quanto estão preocupadas em serem vítimas por parte dessas pessoas. Por detrás das respostas das pessoas podem estar, essencialmente, dois tipos de conteúdos: respostas que reflectem os momentos diários de preocupação, relativos à ameaça pessoal; e, respostas que reflectem uma ansiedade face ao risco. Esses estudos, realizados no Reino Unido, demonstram que 30 a 50% das pessoas expressam algum medo de vitimização; no entanto, segundo as grandes sondagens nacionais, praticamente toda a população revela preocupações quanto à segurança durante o seu dia-a-dia (Farral & Gadd, 2004). Apesar disso, o medo do crime não condiciona apenas o aumento da ansiedade na população mas também “a formação e manutenção da comunidade” (Wilson, cit. in Hartnagel, 1979, p.176), o que por sua vez acaba por condicionar o sentimento de unidade das comunidades. Quando este sentimento é fraco dá-se um aumento do sentimento de insegurança, ou “medo à cidade” como descreveram (Fernandes & Carvalho, 2000, p. 59). Aliás, o medo do crime e a coesão dos indivíduos pertencentes a um determinado bairro, ou comunidade, está intrinsecamente ligado à coesão e sentimento de pertença ao grupo populacional onde vive (Hartnagel, 1979). Podemos, então, concordar com Kelling e Wilson (1982) quando referem que o crime não vitima só o indivíduo que é vítima mas, também, toda a comunidade que o envolve (Yancey, in Hartnagel, 1979), já que quando o indivíduo está bem inserido na sociedade existe uma rede de interações que acabam por ser afectadas por este acontecimento.

No entanto, em determinadas circunstâncias, o crime aumenta a coesão social entre os indivíduos já que os obriga a juntar esforços para o combater (Durkheim, 1977). Este fenómeno é justificado pelo factor integração ou, neste caso, pela falta dele, na população de um determinado bairro, tal como é descrito por Yancey (cit. in Hartnagel, 1979, p.178), quando diz que “o nível de integração pessoal dentro de determinadas redes está fortemente relacionado com a percepção da perigosidade num determinado ambiente”.

No entanto, algumas pessoas têm uma maior predisposição para admitir as suas preocupações e vulnerabilidades do que outras (Sutton & Ferral, 2005) e nem todas as pessoas reagem da mesma forma à sinalização de crime na sociedade onde vivem. Na verdade, dois indivíduos vizinhos podem viver os descalços locais de forma bastante diferente (Carvalho & Lewis, 2003; Sampson & Raudenbush, 2004). Mas qual será a razão para que diferentes pessoas tenham diferentes níveis de tolerância ou sensibilidade a estes temas? Estudos realizados no Reino Unido sugerem que as ansiedades sociais mais amplas relacionadas com o ritmo e direcção da mudança social podem

provocar alterações na tendência em admitir as suas preocupações (Farral, Jackson, & Gray, 2009; Jackson, 2004). Para Epstein (in Jackson, 2006) existem duas formas de interpretar a informação que nos chega através das redes de interacção que possuímos. Uma forma mais cognitiva, racional e numérica, e outra mais intuitiva, automática e natural, geralmente de características não verbais mas sim experienciais. No fundo trata-se da mesma diferenciação feita por Lowenstein (in Jackson, 2006), quando refere um tipo de processamento de informação mais cognitiva e outra mais emocional. Será esta última forma de processamento que dará azo a interpretações de carácter mais fantasioso e que acaba, muitas vezes, por influenciar o medo do crime quando este último, efectivamente, não existe. A forma como cada indivíduo opta por um destes tipos de processamento de informação está, entre outras coisas, relacionado com algumas características muito diferenciadas, nomeadamente relacionadas com o lugar onde habitam ou com as suas próprias características (Pain, 2000). Para além disso, indivíduos com visões mais autoritárias acerca das leis e da ordem pública, e que têm preocupações sobre a deterioração a longo termo da comunidade, podem estar mais propensos a detectar desordem e conflitos no seu ambiente. Podem, também, associar estes factores físicos a questões ligadas à coesão social e consenso, ao declínio da qualidade dos laços sociais e ao controlo social informal (Covington & Taylor, 1980).

Outra questão a ter em conta é a distinção entre o medo (uma emoção, sinal de alarme ou pavor causado pela tomada de consciência ou expectativa de perigo) e uma ansiedade generalizada (Warr, 2000). Da mesma forma, a preocupação acerca do crime pode ser diferenciada das percepções de risco vitimização (i.e., aspectos cognitivos do medo do crime). A preocupação acerca do crime inclui avaliações públicas do tamanho do problema, neste caso, o crime.

Por outro lado, o factor cognitivo do medo do crime inclui as percepções pessoais sobre a probabilidade de virem a ser vítimas de um crime, o sentimento público de controlo sobre essa possibilidade e as estimativas acerca da gravidade das consequências do crime. As pessoas que apresentam maior medo de serem vítimas de crimes estão mais atreitas a sentir que são mais facilmente escolhidas pelos criminosos e que seriam incapazes de controlar esse tipo de situação (Jackson, 2008). Além disso, os tipos de percepção de risco podem interagir, ou seja, o impacto da percepção da verosimilhança nas respostas emocionais subsequentes (e.g., preocupação, medo, ansiedade, etc.) é provavelmente mais forte entre aqueles que sentem que as consequências são graves e que a auto-eficácia em resolver situações de crime, é baixa (Warr, 1987).

Podemos, assim, dizer que o medo do crime é um conceito relativamente recente e, na sua origem, está intimamente ligado aos meios de comunicação social. Para além disso, podemos dizer que é um fenómeno que depende de uma grande variedade de factores, embora existam uns que são mais preponderantes, na sua formação, do que outros. No entanto, e por ser um tema amplamente divulgado, os resultados dos estudos sobre o medo do crime tendem a encontrar resultados contraditórios.

2. *Mass media* e crime

É ponto assente, como já vimos anteriormente, que as pessoas adquirem informações sobre o crime a partir de diversas fontes; no entanto, a comunicação social é, talvez, a mais importante. A comunicação social é uma forma muito eficaz de fazer passar as mensagens para os cidadãos, já que cerca de 95% das pessoas a usam como fonte primária de informação (MacLatchie, 1987). Ouvir algo acerca de alguns acontecimentos criminais ou conhecer pessoas que foram vítimas de crimes são apenas dois dos factores mais importantes para que aumentemos as nossas percepções relacionadas com o risco de vitimização (Covington & Taylor, 1980; Tyler, 1980; Maxfield & Skogan, 1981). Este facto foi descrito como um “multiplicador de crime”, ou processo que opera em zonas residenciais que disseminam os impactos de determinados acontecimentos relacionados com o crime (Taylor & Hale, 1986). Isto acontece porque, ao ser transmitida uma determinada informação acerca de crimes que ocorreram, ocorre um aumento da ansiedade relacionada com experiências indirectas. Ou seja, as experiências indirectas relacionadas com o crime podem protagonizar um papel mais importante no desenvolvimento de ansiedade acerca da vitimização do que as experiências directas.

Um dos exemplos da influência que a comunicação social tem na construção do sentimento de insegurança é aquele que se verifica relativamente ao género feminino como, de resto, já foi mencionado anteriormente. Alguns autores (Valentine & Goodey, in Pain, 2000) referem que a comunicação social transmite preconceitos e imagens do perigo do crime sexual para com as mulheres. Isto acaba por condicionar muitas delas a optarem por se comportarem de determinada forma de modo a evitar o contacto com este perigo. Há ainda a acrescentar que muitos residentes de determinadas áreas apenas têm conhecimento do crime de forma indirecta e através de canais que tendem a inflacionar e deturpar a imagem do crime (Taylor & Hale, 1986). Alguns autores defendem que a comunicação social contribui para o clima de medo que é criado, já que a frequência actual de vitimização é apenas uma pequena parte do crime potencial (Farral,

Jackson, & Gray, 2007), embora acabe por nos enviar representações contagiosas do risco de vitimização, principalmente via comunicações interpessoais e *mass media* (Jackson, 2006).

Com o crime a preencher grande parte das coberturas noticiárias (Maguire, Morgan, & Reiner, 1997), a qualidade e ângulos de cobertura torna-se preocupante. A comunicação social apresenta-nos crimes violentos desproporcionalmente, estando disposta a negligenciar crimes menores, e o perfil dos criminosos acaba por ser distorcido, causando falsas concepções acerca da criminalidade. Alguns estudos debruçaram-se sobre a forma como a comunicação social retratava o crime e como esses retratos influenciam os índices de medo.

As percepções públicas do risco de crime são, de facto, moldadas pela cobertura dos *mass media*. A noção de “estímulo semelhante” (Winkel & Vrij, 1990) pode revelar-se a chave deste tema, já que se o leitor de um jornal se identifica com a vítima descrita na notícia ou sente que o seu próprio bairro é semelhante àquele que é descrito, a imagem do risco pode vir ao de cima, personalizada e adaptada às suas preocupações de segurança (Winkel & Vrij, 1990). Num trabalho realizado na década de 1990, no Reino Unido, os sujeitos que obtiveram informações sobre acidentes rodoviários e que se identificaram socialmente com as vítimas revelaram elevados índices de preocupação com a segurança automóvel quando comparados com outros indivíduos que não obtiveram nenhuma informação (Stapel, Reicher, & Spears, 1994). No entanto, a relação entre o medo do crime e os *mass media* é incerta, no mínimo ao nível da sua ordem causal. Ou seja, obtém-se uma resposta mais clara quando se questionam as pessoas acerca da influência dos *mass media* no seu medo em serem vítimas de crimes ou se a relação é inversa, e a comunicação social apenas mostra aquilo que as pessoas querem ver. Desta forma, é a própria natureza do crime que acaba por consentir que os *mass media* explorem de forma selectiva e deturpada os novos acontecimentos no mundo do crime (Ferraro, 1995).

Apesar duma extensa literatura sobre os efeitos da comunicação social, pouco trabalho tem sido desenvolvido acerca de como as representações, o imaginário e os símbolos do crime circulam na sociedade, transmitidos e transformados por múltiplos actores com um largo espectro de efeitos, traduzindo-se em medo do crime.

Assim sendo, fica explícito que o crime, enquanto fenómeno social, é uma presença habitual nos diversos órgãos de comunicação social e, como grandes moduladores de consciência das massas, os *mass media* podem ser considerados os grandes responsáveis, não obrigatoriamente pelas razões negativas, do sentimento de insegurança que é vivido pelas populações. A inclinação da balança

para sentimentos mais ou menos negativos face ao crime, deve-se à forma como estes órgãos tratam as notícias que apresentam ao público.

3. Os bairros sociais

Ao longo das últimas duas décadas, o crescimento das zonas urbanas das grandes cidades tem vindo a produzir um acréscimo da complexidade dos fenómenos existentes nas redes de interações dos diversos actores da urbe (Arthurson, Baum, Palmer, & Ziersch, 2005; Belyea & Zingraff, 1988; Cates, Dian, & Schnepf, 2003; Greider, Little, & Krannich, 1985; Kim e tal., 1999; Lee, 1982). Com este crescimento, as fronteiras das grandes cidades deixaram de ser claras para se confundirem, muitas vezes, com localidades periféricas (Ferreira, 1994). Estas localidades, onde antes existiam ambientes distintos, muitas vezes rurais, acabam por agrupar segmentos populacionais diferentes dos que se encontram no centro da cidade (Fisher & Nasar, 1993). São geralmente segmentos populacionais de classe média, que procuram a oferta de emprego existente nas grandes cidades e nas suas periferias. Foucault (2000) refere que as grandes zonas industriais europeias foram criadas na periferia das grandes cidades para impedir as revoltas operárias. Esta centralização do emprego acaba por fazer aumentar, mais uma vez, as populações que o rodeiam, atraindo extractos populacionais desfavorecidos que procuram uma oportunidade. No entanto, essa oportunidade nem sempre surge e a precariedade de condições de vida acaba por se instalar criando discrepâncias sociais entre diversos aglomerados populacionais (Rivlin, 1987). Esta desqualificação da periferia acaba por se tornar sinónimo de perigosidade. A história é rica em exemplos deste movimento evolutivo das grandes urbes e das suas periferias. Um dos exemplos mais gritantes é aquele passado na época da revolução industrial, já no século XIX, quando a *inner-city* se transforma num lugar simbólico do perigo e do medo (Graham & Clarke, cit. in Fernandes & Carvalho, 2000).

Outro factor que propicia estas discrepâncias é o que engloba os processos de realojamento, envolvendo habitantes de bairros, ditos sociais, socialmente mal organizados e que acabam por criar *ghetos* e uma consequente marginalização dos seus habitantes quanto à oportunidade de trabalho. Estas discrepâncias acabam por dar origem a um grande conjunto de comportamentos desviantes que acabam por ocorrer nos locais periféricos a estes bairros (Cuddy & Hannon, 2006). Entre este tipo de comportamentos encontramos toda a actividade criminal, desde os roubos de automóveis com a presença dos proprietários até mesmo aos homicídios (Jackson, 2006). E Portugal, embora não seja o expoente máximo destes acontecimentos, acompanha

outras cidades ocidentais no florescimento da criminalidade urbana (i.e., roubos, violências físicas, etc.) (Fernandes & Carvalho, 2000).

Não é de estranhar que o aumento da criminalidade cause preocupação ou mesmo um estado de ansiedade generalizada, relativamente ao medo de cada um ser vítima de um destes actos: “muitas emoções podem emergir quando se pensa no crime e na possibilidade de ser vítima de crime (...) podendo sentir ansiedade” (Jackson, 2006, p.256). Alguns dos maiores responsáveis por este clima de suspeição e de medo do crime, mesmo que na maior parte das vezes infundado, são os *mass media* que, tal como refere Jackson (2006, p. 255), “salientam o crime e fundamentalmente a preocupação pública e o crescimento da visibilidade dos sinais do crime”. No entanto, no decorrer dos estudos, esse papel não pode ser sobrevalorizado em detrimento de outros como o do contexto ambiental (van der Wurff & Stringer, 1998).

Muitos dos bairros sociais conhecidos por todos nós são fruto de realojamentos, e embora esse não seja o ponto fulcral deste trabalho, convenhamos que é importante reflectir sobre a razão das pessoas temerem o crime vindo dos bairros sociais. A maior parte dos realojamentos de hoje em dia são efectuados faseadamente e tendem a manter as características culturais dos bairros antigos. O problema é que estes bairros são nichos culturais muito específicos, que dificilmente encontram paralelo nos bairros de realojamento. Para além disso, os bairros antigos possuem uma herança que os novos nunca possuirão. Esta herança manifesta-se através das relações de vizinhança, das habitações, etc., coisas que dificilmente serão reproduzidas nos novos locais de alojamento.

Outro ponto importante a ter em conta quando falamos de realojamentos é o sítio onde eles são efectuados. Uma das razões principais para que se efectuem realojamentos de bairros degradados é o incómodo que estes provocam às pessoas que vivem ao seu redor. Os antigos bairros sociais degradados e que deram, posteriormente, lugar a realojamentos, foram em tempos, situados em locais isolados das populações, mas com o crescimento das cidades acabaram por ser “engolidos” e trazidos para o centro das mesmas. No entanto, à medida que as cidades eram construídas também as pessoas moradoras desses bairros foram criando laços, afectos e hábitos referentes ao sítio onde viviam (Dean, Gardner, Knowles, Lucas, & Molden, 2009). Ora, quando são “absorvidas” pelas cidades estas pessoas mantêm o seu modo de vida que, aos olhos daqueles que nunca lidaram com eles, é bastante incomodativo. Os moradores das grandes cidades esquecem-se que invadem um nicho cultural completamente diferente dos deles, e sem querer fazer nenhum

tipo de paralelismo, é como quando a “civilização” invade os povos que não querem ser encontrados na Amazónia, ou quando derrubamos árvores para construir habitações e nos admiramos por encontrar animais selvagens nos nossos jardins (Baumeister, de Wall, Gitter, & Twenge, 2009).

A solução que encontramos para este problema é realojar, recolocar e reeducar. No entanto, estes três conceitos não são bem interiorizados pelos visados, pela simples razão de que são forçados e nunca naturais. Estes realojamentos são formas de exclusão, senão veja-se os locais onde são feitos, nas periferias dos centros urbanos (Szeles & Tache, 2008). É uma forma bastante “educada” de nos livrarmos do que nos incomoda, “longe da vista, longe do coração”, neste caso do pensamento. No entanto, lá porque não os vemos, não significa que eles não existem, apenas estão esquecidos, mas até quando? Esta exclusão acaba por provocar nestas pessoas um sentimento de revolta para com quem os exclui, e fortes laços de protecção para com os seus congéneres excluídos (Baumeister, et al., 2009; Dean et al., 2009). É claro que quando há algum crime cometido pelos habitantes destes bairros, muito raramente acontece dentro do bairro. As pessoas que rodeiam estes bairros têm medo das pessoas que lá vivem, e esse medo aumenta quanto mais afastados estivermos desses locais, pela simples razão de que tememos aquilo que não conhecemos.

Quando as cidades voltarem a crescer de forma a que “engulam” novamente os bairros sociais de hoje, é esperado que não se voltem a cometer os mesmos erros. Realojar, recolocar e reeducar são três conceitos muito importantes, mas o modo como devem ser operacionalizados tem que ser revisto, para não se voltarem a criar *ghetos* ou algo muito parecido com isso. É preciso realojar e recolocar, inserindo as pessoas nas comunidades que os envolvem, e não criar locais que tendem a ser desertos culturais, sem comércio e sem acessibilidades. Só depois será possível reeducar, não de forma obrigatória mas, sim, natural. As pessoas tendem a adaptar-se aos sítios onde estão, e mesmo que isso não aconteça de um momento para o outro, gerações futuras virão, e isso acontecerá naturalmente.

Os bairros sociais são, hoje em dia, fruto de dois tipos de situações. Por um lado temos os bairros sociais fruto de ocupações e construções ilegais, como é o caso do bairro do Vale de Chicharos ou o bairro de Santa Marta, ambos no concelho do Seixal. Do outro lado, temos os bairros fruto de realojamentos massivos de pessoas que viviam em condições menos dignas. No entanto, estes realojamentos implicam um corte com o equilíbrio das populações requerendo, por isso, que o

processo seja faseado e bem organizado. Estes realojamentos acabam por significar mudanças ao nível das relações sociais já que obrigam, geralmente, as pessoas a uma interrupção do processo que vincula os indivíduos ao seu ambiente socio-físico (Almeida & Castro, 2002).

Segundo o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal do Seixal ao qual foi requisitada informação acerca dos projectos de realojamento de bairros sociais (vd. Anexo 1), neste concelho, nos últimos 10 anos foram realizados mais de 15 realojamentos, envolvendo um total de aproximadamente 10 mil pessoas o que corresponde a 6% da população actual do concelho – 173 406 habitantes em Dezembro de 2007. Segundo a mesma fonte, os programas de realojamento envolvem processos demorados devido à necessidade de se apurar qual o número de pessoas por realojar. Para além disso, os realojamentos têm que ter, muitas vezes, em conta questões sociais e étnicas, respeitando a localização antiga das habitações. Há que não cometer os mesmos erros de realojamentos passados onde se misturavam culturas com hábitos sociais diferentes, o que posteriormente dava azo a desentendimentos e confrontos. Outro factor a ter em conta quando falamos de bairros sociais é a identidade local, um factor associado ao habitar de um determinado local. Este sentimento acaba por ser mais forte, conforme seja a unidade da comunidade de que falamos. A geografia dos bairros sociais, assim como outros factores sociais que não serão abordados neste trabalho, condicionam a forma como os seus habitantes vivem esta identidade.

4. Incivilidades

O estreito, mas sólido, laço que une o medo do crime com as incivilidades está claramente definido e vem a apertar-se desde o século XIX (Fernandes & Carvalho, 2000). Roché (2000) definiu as incivilidades como actos que rompem com as regras elementares da vida social. Pela observação de bairros sociais como, por exemplo, os bairros que estamos a estudar, frequentemente encontramos janelas partidas, paredes pintadas, mobiliário urbano degradado ou destruído, entre outros sinais de degradação. Estes sinais demonstram que o sítio não é cuidado e a associação ao abandono e ao crime são quase instantâneas. O estudo das incivilidades é, para alguns autores (e.g., McCrea, Shyy, Stimson, & Western, 2005), um importante meio para estudar o medo do crime em zonas residenciais. Embora os autores destaquem que as incivilidades são preponderantes para explicar o crescimento do medo do crime em determinadas áreas residenciais, chamam a atenção para a importância dos factores sociais para o estudo deste tema. A abordagem que os governos fazem à questão das incivilidades está muitas vezes ligada ao seu

crescimento exponencial. Roché (2000) considera que o problema do aumento das incivildades nas nossas cidades deve-se à abordagem meramente estatística que as entidades competentes têm para com este fenómeno. O autor refere que as estatísticas ignoram as incivildades legais, como a falta de civismo, em detrimento das incivildades ilícitas.

Acontecimentos diários como adolescentes sem nada para fazer, fraca cidadania e níveis de confiança e coesão baixos, produzem informação acerca do risco e geram um sentimento de inquietação, insegurança e desconfiança na comunidade (Ferral, Jackson, & Gray, 2004) . As incivildades assinalam uma falta de cortesia convencional e um baixo índice de ordem social nos espaços públicos (Goffman, 1971; Innes, 2004; Tulloch, 2003). Muitas pessoas também usam termos relacionados com o medo do crime para exprimir preocupações acerca da degradação social, da falta de autoridade moral, do desmoronamento da cidadania e do capital social (Ferral et al., 2009; Girling, Loader, & Sparks, 2000). Um estudo realizado por Lewis e Maxfield (1980) concluiu que a percepção do crime, por parte dos cidadãos, não é definida pelas condições dos bairros expressas em diversos inquéritos feitos à população mas, pela percepção das incivildades existentes nas suas comunidades.

A existência de incivildades é significado de uma percepção da comunidade como sendo fraca, e cujo controlo social é pobre e insuficiente para as suas necessidades. Estas incivildades incluem edifícios abandonados, vandalismo, consumo de droga e álcool nas ruas, jovens desocupados, etc.. É assim possível dizer que existe uma correspondência entre os níveis de medo do crime e a preocupação acerca das incivildades nas comunidades residenciais. O trabalho realizado por Lewis e Maxfield (1980), já mencionado, sugere que o medo do crime é despoletado por um espectro muito vasto de condições ambientais revelando também que as incivildades urbanas (e.g., montras abandonadas, terrenos abandonados, lixo, barulho, sem-abrigo, prostituição, etc.) são poderosos geradores de medo do crime nas populações.

Assim sendo, “se retirarmos a agitação das ruas, [e] os *graffitis* das paredes, o sentimento de medo acabará por diminuir” (LaGrange, Ferraro, & Supancic, 1992, p.331). Wyant (2008) concluiu, através de um dos seus trabalhos sobre o medo do crime, que quanto mais atentos estamos às incivildades que nos rodeiam, mais receosos nos tornamos. No entanto, o mesmo autor defende que o impacto das incivildades, ao nível individual, sobre o medo do crime não está directamente ligado, apenas, à percepção do risco já que existe um número infindável de factores que acabam por influenciar a formação deste sentimento. Tal asserção pode ser fundamentada pelas crenças

individuais de cada indivíduo, que os tornam mais sensíveis a determinados estímulos em detrimento de outros (Wyant, 2008). Um estudo conduzido por Phillips e Smith (2004), concluiu que as emoções e comportamentos relacionadas com o medo do crime tendem a emparelhar-se. No entanto, o medo/evasão são respostas pouco frequentes quando comparadas com respostas como raiva e intervenção, que são muito mais frequentes (Phillips & Smith, 2004). Noutro estudo, realizado por Burby e Rohe (1988), concluiu-se que as incivilidades físicas e sociais têm uma grande importância no desenvolvimento do medo do crime em áreas residenciais.

Assim sendo, relativamente às incivilidades, podemos concluir que, estas influenciam o desenvolvimento do medo do crime nos sujeitos, já que a degradação, quer física, quer dos valores morais, está ligada à prática de crimes. Embora este não seja um factor exclusivo para a formação deste sentimento, as incivilidades existentes nos bairros degradados, dos quais são exemplo os bairros em estudo, e acabam por contribuir para o receio que as pessoas têm em frequentar tais locais.

5. Problema de investigação

Com o passar do tempo, as cidades foram crescendo e as pessoas que nelas vivem foram alargando as suas vistas para fora dos terrenos da urbe. Como vimos, a criação de periferias da urbe acaba por desencadear novos contextos sociais que se manifestam, muitas vezes, na criação de bairros sociais. Estes bairros são geralmente vistos como locais “fora do hábito”, ou seja, locais que a maior parte das pessoas não conhece nem faz questão de conhecer. Assim sendo, como quase tudo o que é desconhecido, estes locais parecem ser geradores de medo nas populações que os rodeiam. É exactamente sobre este tema que o presente trabalho foi desenvolvido. Ao iniciar este estudo procurou-se aprofundar o conhecimento sobre a visão que as pessoas da periferia de bairros sociais têm: sobre as pessoas que neles vivem; sobre o sentimento das pessoas da periferia face ao bairro enquanto espaço físico; sobre a forma como os habitantes da periferia vêem as mensagens vindas da comunicação social, que definem estes bairros como lugares inseguros; e, sobretudo sobre a forma como os habitantes da periferia dos bairros sociais vêem a sua (in)segurança e o medo que têm em serem vítimas de crimes.

II. Método

1. Terreno de estudo

1.1. Vale de Chícharos (Jamaica)

O bairro do Vale de Chícharos, vulgarmente conhecido por Jamaica, é uma zona habitacional localizada na freguesia de Amora (concelho do Seixal), composta por 12 edifícios abandonados e que foram ocupados posteriormente, localizados geograficamente num vale rodeado por habitação legalizada. São edifícios degradados, sem licença habitacional, ainda em fase de acabamento (tijolo e cimento sem reboco) com altura superior a quatro andares, sendo que a maior parte não possui saneamento básico (vd. Anexo 3). O bairro ocupa uma área total de 22.236 metros quadrados que assenta num perímetro aproximado de 700 metros (vd. Anexo 4). A população total deste bairro ronda as 600 pessoas, maioritariamente africanas (daí o nome Jamaica), havendo, neste momento, um plano de realojamento faseado com data prevista de finalização em 2012. Este processo de realojamento prevê que os habitantes deste bairro sejam deslocados, mais uma vez para a periferia da zona habitacional do concelho do Seixal. A população cigana residente no bairro é proveniente de outros bairros degradados dos concelhos de Seixal e Almada e instalou-se neste local posteriormente à ocupação por parte da comunidade africana.

Por ser um bairro que apresenta incivildades visíveis ao nível físico e por se encontrar situado no interior da localidade de Paivas, rodeado por outras habitações, este bairro é motivo de preocupação, não só pelos moradores da sua periferia como por parte de proprietários de estabelecimentos comerciais da zona. As suas (poucas) diferenças étnicas são, por vezes motivo de quezílias entre os seus habitantes. Para além disso, esta é uma zona referenciada pela população do concelho, por ser conhecida pelos assaltos e pelo tráfico de drogas, armas e material roubado. A quase inexistência de estabelecimentos comerciais dentro dos limites do bairro (vd. Anexo 4), obriga a população a frequentar os locais periféricos. Este fenómeno é, por vezes, é motivo de pequenos desacatos, especialmente entre os donos dos estabelecimentos comerciais e alguns adolescentes moradores no bairro. Há ainda a notar o movimento de pessoas que entram e saem do bairro. O motivo não pode ser observado, mas, mais uma vez, por parte dos habitantes da periferia surgem rumores de que estará relacionado com o tráfico e/ou com outras actividades ilícitas.

1.2. Quinta da Princesa

O bairro da Quinta da Princesa é um dos maiores bairros de realojamento populacional em toda a Península de Setúbal localizando-se na freguesia da Amora (concelho do Seixal). Maior que este, só o bairro do Pica-pau em Almada e o bairro da Belavista em Setúbal. É um bairro construído na década de 1980 com o propósito de realojar os habitantes de diversos bairros degradados do concelho do Seixal (vd. Anexo 5).

Ao contrário do bairro do Vale de Chícharos, é mais afastado do centro habitacional da cidade de Amora, mas é fácil de criar um perímetro, mesmo que virtual, do espaço geográfico deste bairro. Uma vista aérea deste bairro revela apenas uma estrada alcatroada que permite a entrada e saída de veículos automóveis (vd. Anexo 6). O bairro ocupa uma área total de quase 50 mil metros quadrados, e com um perímetro aproximado de 1170 metros. O bairro é composto exclusivamente por edifícios construídos em altura, num total de 29 prédios. Possui uma escola básica de ensino primário e é habitado por aproximadamente 2100 pessoas. Os habitantes deste bairro são maioritariamente de etnia cigana, embora exista uma grande percentagem de pessoas com origem africana.

Por ser um bairro mais afastado do centro populacional, o clima é menos conflitual relativamente à população que o rodeia. No entanto, por ser um bairro onde a mescla étnica é acentuada, os conflitos dentro do bairro são mais frequentes e do conhecimento geral da população que o rodeia. Este bairro, dada a sua extensão e número de habitantes, está provido de diversas instalações sociais, desportivas e comerciais. Existe para além de uma escola de ensino básico, um ringue de multidesportivo, um centro de dia para idosos e diversos estabelecimentos comerciais (e.g., cafés, mercearias, etc.).

Pelo facto de ser um bairro mais novo do que o de Vale de Chícharos e, talvez, porque tem uma vida própria, mais independente da periferia, as relações com a periferia são mais serenas. Para além disso, embora este bairro apresente também algumas incivilidades físicas evidentes – *graffitis*, mobiliário urbano destruído, vidros partidos, etc. –, a sua aparência física não é tão desajustada da periferia, havendo, por parte das pessoas que o rodeiam, sentimentos menos negativos.

2. Participantes

Embora não existisse um número previamente determinado de participantes neste estudo sabíamos que, “quando utilizamos métodos não estandardizados, como é o caso das entrevistas não directivas, é inútil inquirir um grande número de pessoas” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 55). Tal facto é justificado pela morosidade da análise, que “torna difícil a exploração sistemática de grande um número de pessoas” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 55). O processo de escolha das pessoas a serem entrevistadas obedeceu, assim, ao critério previamente estipulado para este projecto de investigação: ser morador da periferia de um dos dois bairros em estudo.

Um dos problemas que emergiu estava relacionado com a definição de periferia. Assim sendo, definiu-se periferia como o espaço circundante dos bairros num raio de aproximadamente 500 metros. Outro dos critérios de selecção dos participantes, foi o da selecção das pessoas pelo tempo de espera do atendimento na Loja do Município de Amora – local onde foram realizadas as entrevistas. O tempo médio de atendimento das pessoas é de aproximadamente 15 minutos sendo que, durante as horas de maior expediente (entre as 10 e as 11 horas e entre as 15 e as 16 horas), pode chegar aos 30 minutos. Estas horas do dia foram escolhidas para efectuar as entrevistas já que eram as alturas em que as pessoas, supostamente, dispunham de mais tempo. Assim sendo, escolheram-se as pessoas com atendimento previsto mínimo de 15 minutos.

Relativamente à escolaridade e à idade não foi colocada nenhuma restrição dado o cariz exploratório deste estudo. No entanto, como pode ser visto posteriormente apenas uma pessoa com menos de 18 anos foi entrevistada sendo, desta forma, possível obter uma visão alargada dos diversos estratos populacionais.

No total foram entrevistadas 21 pessoas dos mais diversos leques etários e com as mais diversas formações académicas. Foram entrevistados 10 homens e 11 mulheres. Esta distribuição foi completamente ao acaso e nunca foi previsto haver uma quantidade igual de homens e de mulheres entrevistadas. O leque etário dos entrevistados não apresenta grande homogeneidade e varia entre os 14 e os 68 anos sendo que a média das idades encontra-se situada nos 40 anos (vd. Anexo 7). A distribuição dos entrevistados foi feita, mais uma vez, ao acaso e, apesar disso, acabou por englobar, não só todos os tipos de habilitações literárias, (excluindo aquelas que são superiores a Licenciatura), como também os distribuiu de uma forma quase homogénea (vd.

Anexo 8). Há, no entanto, uma predominância de entrevistados com habilitações literárias de nível médio/alto, ou seja, de 3º ciclo (7º ao 9º ano) e ensino secundário (10º ao 12º ano).

3. O *Corpus*

O *corpus* documental é constituído por pelas entrevistas transcritas realizadas a 21 pessoas (vd. Anexo 9) com o auxílio do guião de entrevista criado, propositadamente para este estudo (vd. Anexo 10).

4. Instrumentos

4.1. De recolha

4.1.1. O investigador

Embora esta tenha sido uma investigação que usa a entrevista como meio principal de recolher informação, não perdeu o seu cariz etnográfico já que há uma ênfase atribuída ao sujeito, àquilo que ele conta, às suas experiências passadas sempre relatadas na sua própria linguagem (Becker, in Heyl, 2001). Para além do ênfase dado ao entrevistado, há que referir o papel do investigador, já que este deve ser capaz de se moldar ao entrevistado, quase numa perspectiva de observador-participante, como referiu Fernandes (1998). Aliás, o mesmo autor, assim como outros (vd. Atkinson & Hammersley, 1994; Kon, 1980), refere que o principal instrumento de trabalho do etnógrafo é ele próprio, embora não dispense outros materiais, como será abordado posteriormente na secção dedicada ao diário de campo – “a etnografia é um método de investigação em que o principal instrumento é o próprio investigador” (Fernandes, 1998, p. 26).

Ao contrário do diário, o investigador deve mostrar-se durante o seu trabalho de campo e interagir com o objecto, embora o seu impacto deva ser o menor possível: “os investigadores de terreno aprendem a utilizar-se a si próprios como o principal e mais fiel instrumento de observação, selecção, coordenação e interpretação” (Sanday, cit. in Fernandes, 1998, p. 27). Heyl (2001) refere que o papel do entrevistador em contexto etnográfico é o de passar a mensagem de forma genuína, umas vezes subtil, outras de forma mais directa: “quero saber aquilo que você sabe da forma como o sabe” (p. 369). Ou seja, o investigador pretende absorver não só aquilo que o entrevistado sabe, mas também, e talvez o mais importante, todo o espectro causal que o

levou a saber. Fernandes (1998) acrescenta ainda que o investigador incorpora, ao mesmo tempo, diversos papéis. Sendo fonte de recolha de dados (através da observação participante e da interacção com o objecto de estudo) e instrumento da sua recolha (através da escuta, da interrogação e dos registos) e do seu tratamento e interpretação.

4.1.2. O guião de entrevista

O processo de construção do guião de entrevista utilizado neste trabalho necessitou de um longo caminho de investigação bibliográfica, onde se supunha existirem diferentes fenómenos associados ao medo do crime aos quais seria mais fácil de aceder se a investigação se baseasse no discurso directo dos entrevistados (vd. Anexo 10).

Dos diversos tipos de entrevista à disposição do investigador (Creswell, 1997), optou-se por construir um guião de entrevista com perguntas de resposta aberta conduzidas de forma semi-directiva. Este tipo de questões permite, não só, minimizar os constrangimentos inerentes à imposição de respostas pré-determinadas aos sujeitos entrevistados, como possibilita ao investigador determinar que dimensões e temas são utilizados pelos respondentes para descrever os seus sentimentos, pensamentos e experiências (Kvale, 1996). A criação de um guião de entrevista envolve o delineamento de uma série de temas gerais a ser abordados. Estes temas servirão como guia no decorrer da entrevista, de modo a garantir que nada fica esquecido. Por outro lado, o guião de entrevista permite que se mantenha uma das características principais dos métodos qualitativos de investigação, no geral, e da etnografia, em particular, ou seja, assegura que é a entrevista que se molda ao entrevistado e não o contrário (Atkinson, 1981). Este tipo de estruturação da entrevista permite a sistematização dos temas que devem ser abordados já que existe uma delimitação prévia dos objectivos das perguntas. No entanto, esta delimitação não restringe o discurso do entrevistado, pelo contrário, orienta-o no tema e permite aprofundar alguns temas e frases que não ficam bem explicadas pelo discurso do sujeito (Mucchielli, 1994). A sequência das questões presentes no guião deve ser, obviamente, lógica e deve respeitar normas de construção (Lofland, in Patton, 1990). No entanto, e apesar de toda a planificação, o guião de entrevista permite que o investigador introduza questões que não estavam previamente consideradas no plano inicial (Mucchielli, 1994). Estas questões adicionais devem ser usadas apenas quando uma ideia ou testemunho do entrevistado não é clara e merece um aprofundamento. Assim sendo, o guião de entrevista oferece-nos uma linha mestra de trabalho sobre a qual o investigador poderá ter, ou não, perguntas concretas a explorar (Creswell, 1997),

ou seja, a informação recolhida será sempre baseada nas características pessoais do discurso do entrevistado sem, com isso, alterar o conteúdo das questões que lhe são colocadas. O modo como estas perguntas estão escritas obedece a um trabalho de reflexão, de modo a que alterações que possam ocorrer durante a entrevista não deturpem a questão em si.

4.1.3. O gravador

Num tipo de entrevista onde se pretende atribuir ao entrevistado uma liberdade de expressão com poucas restrições, permitindo-lhes exprimirem-se através das suas próprias palavras, seria um erro não captar o modo exacto como os respondentes reagem às questões que lhes são colocadas. Deste modo, o gravador áudio mostra-se como um instrumento indispensável a todo o investigador que use métodos qualitativos (Patton, 1990). O uso do gravador áudio, para além de capturar a mensagem do entrevistado com a maior exactidão possível, permite prestar atenção a tudo o resto que não seja verbal, assim como permite também relembrar todas as intervenções dos entrevistadores. Torna-se, assim, possível estabelecer contacto visual com o sujeito entrevistado, facilitando a empatia entre ambos e o melhor desenrolar de um momento que se quer de partilha e proximidade.

Há, também, que ter em conta que o gravador, apesar de toda a planificação feita, pode falhar. Neste caso, não devemos interromper a entrevista nem demonstrar que há complicações com o material através de alguma ansiedade ou pedido de interrupção. Pelo contrário, a entrevista deve continuar a ser feita, sendo o registo efectuado através de um bloco de notas que deve acompanhar sempre o entrevistador. Caso o entrevistado note e refira essa alteração de meios, deve ser-lhe explicado o sucedido e prosseguir com o planeado. No entanto, a utilização do gravador pode ser problemática e tende a ser questionada por alguns investigadores. Assim o é porque o gravador é uma variável nova que se introduz dentro da relação que deve ser estabelecida durante a entrevista. Assim sendo, o gravador pode funcionar como um paradoxo. Por um lado pode incutir no entrevistado um sentimento de medo, especialmente porque, como é o caso deste trabalho, está a prestar declarações sobre aquilo que ele sente e aquilo que nós sentimos tendemos a guardar para nós. Partilhar estes sentimentos pode, *per si*, ser um impedimento a este tipo de entrevistas, quanto mais quando pretendemos gravá-las. Por outro lado, o gravador pode ajudar nesta relação, já que o entrevistado pode sentir-se valorizado, sentir que as suas palavras são dignas de registo e que servirão para algo mais do que as suas próprias memórias.

Por último, há que ter a preocupação de ponderar os prós e contras da sua utilização, e apenas se deve avançar com a sua utilização quando se chega à conclusão que a precisão da informação que fica registada com o auxílio deste meio é, de longe, superior aos impedimentos que dele podiam resultar.

4.1.4. O diário de campo

Como já foi referido, reproduzir, o mais fielmente possível, aquilo que se passa durante a entrevista é um importante factor a considerar. No entanto, há mais do que isso a ter em conta, já que esta é uma investigação com cariz etnográfico e qualitativo. Por vezes nem tudo é passível de ser captado através do gravador; as notas de campo são, por isso, formas de representação (Emerson, Fretz, & Shaw, 2001). Sentimentos, acções e expressões são elementos dignos de registo para posterior análise ou simplesmente para ter em conta quando se elabora um relatório dos acontecimentos no campo. No entanto, estes elementos existem no entrevistador, apenas no domínio da intuição. Ou seja, não podemos aceder, com certeza, aos sentimentos experimentados pelos entrevistados quando lhes são colocadas as perguntas da entrevista. Podemos apenas intuir, por uma determinada reacção à pergunta ou pela latência da resposta, que o entrevistado é mais sensível ao conteúdo da mesma. Quando falamos dos sentimentos dos entrevistados aos olhos do entrevistador, falamos de um movimento transferencial, não nos pressupostos dinâmicos, mas sim do que sentimos dos sentimentos dos outros. Por serem transferenciais, as notas de campo têm uma natureza muito selectiva, ou seja, o investigador escreve sobre algumas coisas que lhe parecem ser significativas e ignora outras que para si são dispensáveis para o curso da investigação. De facto, as notas de campo são totalmente desregradas já que reflectem, inicialmente, apenas considerações e ideias do investigador, que podem, ou não, ser tratadas e publicadas no futuro (Emerson et al., 2001). Caso seja publicado, o diário de campo pode ser, também, um poderoso auxiliar aos que lêem o trabalho, já que contém notas da investigação que podem encaminhar outros e ajudá-los a encontrar bom porto na investigação¹.

4.2. De análise

“Tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo” (Henry & Moscovici, in Bardin, 1979, p. 33).

¹ No caso deste estudo, não foi incluído pois considerou-se que continha observações demasiado pessoais para serem expostas.

4.2.1. Análise de conteúdo

Embora a análise de conteúdo de mensagens remonte ao século XVII, foi apenas a partir dos anos 40 do século XX que este instrumento de análise se evidenciou pela sua excelência (Krippendorff, 1980). Este instrumento foi, durante muito tempo, “apresentado como sendo útil no estudo da comunicação social e da propaganda política e associada a objectivos pragmáticos e de intervenção” (Vala, 1999, p. 101). Desde então que os precursores da análise de conteúdo procuram encontrar uma forma de vincular o seu método de trabalho a uma teoria que lhe proporcione uma validade e fidelidade sólida.

No entanto, a análise de conteúdo continua, até aos nossos dias, a ser um instrumento de análise, por excelência, em estudos de índole qualitativa (Bardin, 1979; Ghiglione & Matalon, 1992; Krippendorff, 1980; Vala, 1999), tornando-se mesmo “numa das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Vala, 1999, p. 101). A sua utilização em ciências sociais e humanas é, de facto, tão vasta quanto as definições que lhe atribuem.

Uma das definições mais usuais é a de Bardin (1979, p. 7), e seguida neste trabalho, refere que a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtils em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Recuando progressivamente no tempo podemos debruçar-nos sobre as definições de outros autores, como por exemplo Krippendorff (1980), quando se refere à análise de conteúdo como uma técnica que permite fazer inferências (Berelson, in Vala, 1999) ou, ainda mais atrás, através dos escritos de Berelson (cit. in Vala, 1999, p. 103) referindo que é uma “técnica de investigação que permite «a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação»”. Seguindo a linha de raciocínio de Vala (1999), vemos que estes autores, embora separados por 30 anos, partilham visões compatíveis da análise de conteúdo, divergindo apenas no que toca ao material analisável. Por um lado, Berelson (in Vala, 1999) fala de inferências, conteúdos pertencentes a um domínio menos objectivo, por outro, Krippendorff (1980) fala-nos em material manifesto, valorizando o conteúdo objectivo, discordância que levou ao levantar de críticas. No entanto, a análise de conteúdo, não se deve manter apenas situada no plano descritivo. Vala (1999, p. 104), concluindo sobre esta temática, refere que “a finalidade da análise de conteúdo será pois efectuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”.

Apesar de existirem críticas a esta técnica, a análise de conteúdo mostra a sua excelência quando suportada por um enquadramento teórico sólido e fundamentado. Só assim podemos dizer que aquilo que emerge da análise – as inferências – faz sentido. Na verdade, se tratarmos alguns aspectos da análise de conteúdo de uma forma teoricamente desajustada acabamos por concluir de forma não fundamentada, como defendem Ghiglione e Matalon (1992). Assim sendo, estes autores, consideram que a credibilidade do instrumento de análise de conteúdo tem que ter em conta, na sua construção três tipos de problemas comuns às ciências sociais: a amostragem dos dados, a fidelidade e a validade.

4.2.1.1. Amostragem dos dados

Como já foi referido, não existe um número exacto de entrevistas a realizar. Tudo depende das características das entrevistas que forem sendo realizadas, ou seja, se os temas que estão presentes nas entrevistas se repetirem sistematicamente, todas as que se seguirem, provavelmente, não trarão nada de novo. Assim sendo, os mesmos autores, defendem que, tendo em vista a concepção de uma investigação assente nos pressupostos de utilização da entrevista, “20 [entrevistas] serão, em geral, mais do que suficientes” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 55). Desta forma, não é correcto tentarmos criar uma amostra “representativa” da população que estamos a estudar, já que “não se farão inferências globais e o número de pessoas inquiridas será reduzido” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 56).

4.2.1.2. Fidelidade

Falando agora da fidelidade, Ghiglione e Matalon (1992, p. 196) definiram-na como estando “ligada ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe (...) os testes de fidelidade assentarão essencialmente sobre dois pólos: a fidelidade do codificador e a fidelidade das categorias de análise.

Krippendorff (1980) e Weber (1985), por outras palavras, referem que a fidelidade está sempre dependente de três factores essenciais: estabilidade, reprodutibilidade e exactidão. A estabilidade refere-se à fidelidade intra-codificador, ou seja, o mesmo conteúdo deve ser codificado diversas vezes pelo mesmo codificador. Assim sendo, “os resultados devem ser independentes daqueles que os produzem” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 197), sendo que as inconsistências da

codificação podem ser devidas a factores distintos como “mudanças cognitivas do codificador, ambiguidades nas regras de codificação” (Weber, 1985, p. 17).

Por outro lado a reprodutibilidade diz respeito à fidelidade inter-codificadores, ou seja, a codificação feita por um determinado codificador deve ser igual a outras efectuadas por outros codificadores. Nas palavras de Ghiglione e Matalon (1992, p. 196) “um conjunto de codificadores, operando sobre um mesmo texto, deve chegar aos mesmos resultados”. Esta propriedade pode ser facilmente verificada através da utilização de juizes independentes, codificadores experimentados que posteriormente à codificação do investigador codificam, eles também, alguns itens. No caso deste estudo, sempre que existia uma dúvida na codificação procurava-se um entendimento entre o investigador e o juiz, de forma a chegar a um consenso sólido.

Por fim temos a exactidão que, nas palavras de Krippendorff (1980), refere-se à capacidade da codificação em inserir-se num protocolo de normatividade ou num padrão, ou seja, “as categorias não podem ser ambíguas” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 197). Assim sendo, quer estejamos a falar de fidelidade inter-codificador, intra-codificador ou de exactidão, apenas o treino pode levar a que um investigador atinja a fidelidade desejada.

4.2.1.3. Validade

Segundo Pais (2004, p. 251) a validade, “atravessa todos os momentos da análise de conteúdo” remetendo para a “qualidade dos resultados de investigação que levam a que estes sejam aceites como factos incontestáveis (Krippendorff, cit. in Pais, 2004, p. 251). Voltando a recorrer às palavras de Ghiglione e Matalon (1992, p. 198), temos que a validade é “a adequação entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos”. De forma a eliminar o maior número de distorções, há que definir as categorias utilizando como suporte a teoria. Assim sendo, pode dizer-se que a codificação possui uma validade mais sólida quanto maior for a correspondência entre a categoria de codificação e o conceito abstracto que ela representa. Pais (2004) refere que “após a ancoragem teórica do problema de investigação, a criação e a definição de categorias é um momento importante, sendo uma fase do estudo que obedece a procedimentos de grande rigor” (Pais, 2004, p. 251). Um dos momentos em que o processo de validação é mais importante é o da construção da grelha de análise de conteúdo (vd. Anexo 11). Citando Weber (in Pais, 2004,

p. 252) tem-se que “as categorias permitem a «representação simplificada dos dados brutos» e funcionam como um «título genérico»” (Bardin, cit. in Pais, 2004, p. 252).

A terminar este ponto, há apenas que reter outro aspecto mencionado por Ghiglione e Matalon (1992), ao referirem que “a validade não é mais do que uma noção metodológica, um conceito derivado dos objectivos de cada investigação” (p. 198). Desta forma há que ter em conta a importância tanto da validade como da fidelidade, já que ambos, juntamente com um enquadramento teórico sólido, podem fazer desmoronar as críticas que, contra a técnica, possam ser dirigidas.

5. Procedimento

5.1. Critérios de escolha

5.1.1. Os bairros

Para este estudo, procurou-se que ambos os bairros pertencessem ao mesmo concelho, neste caso, ao Seixal. Esta opção reflecte a preocupação em homogeneizar o mais possível as condições de vida das pessoas que são entrevistadas. A escolha do concelho do Seixal, prendeu-se com a facilidade do investigador em movimentar-se neste local, por conhecimento da zona. Tornou-se, assim, mais fácil estabelecer pontos de referência sobre locais passíveis de encontrar pessoas dispostas a ser entrevistadas.

5.1.2. O local das entrevistas

As entrevistas foram realizadas na Loja do Município de Amora (uma das freguesias do concelho do Seixal), visto ser um local utilizado pela população próxima dos dois bairros. A opção face a um local que não a rua, prendeu-se com a qualidade de gravação. Ou seja, em ambientes abertos, como é o caso das entrevistas de rua, podem haver a diminuição da qualidade da gravação áudio, e visto que não é possível repetir entrevistas optou-se por eliminar essa variável indesejada fazendo as entrevistas num local sossegado. Para além disso, ao realizar as entrevistas num local mais calmo, partiu-se do pressuposto que as pessoas estariam mais disponíveis para despende alguns minutos para responderem às perguntas, já que teriam tempo de espera para serem atendidos neste local.

5.2. As entrevistas

A decisão sobre o instrumento de recolha da informação baseou-se numa questão de adaptabilidade ao segmento populacional em estudo e sobretudo ao tipo de informação que é pretendida para a elaboração deste trabalho.

No presente estudo, o guião de entrevista foi construído tendo em conta que não se deve entrar de rompante em determinadas questões, especialmente questões pessoais (Fontana & Frey, 1994). Assim sendo, a entrevista inicia-se com uma pergunta de cariz mais abstracto, onde é pedido ao entrevistado que crie, hipoteticamente, uma situação que lhe possa causar medo de ser vítima de crime. Esta questão remete o pensamento do entrevistado para dois planos que podem, ou não, co-existir durante o processo de formação da resposta. Um deles, claramente ligado a experiências passadas, relacionado com acontecimentos reais do passado do sujeito; um outro, ligado ao plano do imaginário, que pode enriquecer a construção da imagem provocadora de medo.

A segunda questão introduz o (fenómeno do) sujeito enquanto executante do crime, no entanto, disfarçado sob o conceito de “figura ameaçadora”. A introdução de uma figura concreta nesta pergunta ajuda a consolidar a ideia que vinha da resposta anterior, atribuindo à figura do criminoso, senão um rosto, pelo menos, uma representação figurativa. É na resposta a esta pergunta que tenderão a emergir considerações estereotipadas, com as quais é fácil estabelecer paralelismos associados aos relatos mais recentes da comunicação social.

A terceira questão volta a afastar-se do medo do crime. Os paralelismos que possam ser feitos com o crime aparecem frequentemente sem que seja necessário introduzir questões complementares. Entretanto a localização temporal da pergunta, remete os entrevistados para considerações e representações do crime e permite verificar se há mudanças na sua percepção face ao mesmo.

Já na quarta questão começamos a entrar no domínio do concreto. Assim sendo, esta pergunta reenvia o sujeito para um acontecimento palpável que pode, ou não, ter sido vivenciado em experiências anteriores. Introduz também dois fenómenos dissimulados, um deles relacionado com a questão anterior, e outro associado ao medo do crime contra os bens materiais. A segunda parte da questão remete o entrevistado para uma situação relacionada, não só, com os

sentimentos que o crime lhe provoca, como também com a alteração do comportamento habitual. Há a ter também em conta que a questão não fala sobre figuras ameaçadoras concretas, ou seja, deixa-se ao critério da pessoa entrevistada a construção da situação.

A quinta questão vai directa ao tema do trabalho, a proximidade dos bairros sociais. Com esta pergunta pretende-se que o sujeito reflecta sobre a proximidade do bairro social e, agora de uma forma menos dissimulada, saber se há uma modificação no comportamento pelo facto do entrevistado viver na proximidade de um bairro social.

Com a última pergunta voltamos ao domínio do abstracto, mas desta vez temos em conta que o sujeito já sabe do que se trata na entrevista.

5.2.1. As entrevistas-piloto

O processo de construção do guião de entrevista, requer alguns ajustes intermédios tendo sido realizadas entrevistas-piloto. As entrevistas-piloto decorreram durante um período de 15 dias em dois estabelecimentos comerciais na periferia de um bairro social diferente daqueles em que foram feitas as entrevistas definitivas. Tal aconteceu para que as pessoas entrevistadas tivessem aproximadamente as mesmas características das que viriam a ser entrevistadas. Estas entrevistas serviram para testar, essencialmente, a eficácia das perguntas que foram criadas quanto à sua capacidade de gerar informação pertinente para o estudo. Desta forma foi possível averiguar se as perguntas estavam bem estruturadas, se eram perceptíveis ou se continham algumas palavras que fossem desconhecidas à maioria das pessoas. Desta forma, as entrevistas-piloto foram dirigidas a determinadas pessoas que possuíam características distintas ao nível da idade, da escolaridade e do género.

Foram, então, realizadas cinco entrevistas-piloto em dois cafés que se encontravam na periferia de um bairro social denominado pela população como Bairro da *Assicomate* (assim chamado pela proximidade com uma superfície comercial de construção civil com o mesmo nome). Este bairro social em muito se assemelha a um dos bairros que nos serviu como referência para as entrevistas definitivas, o Bairro da Quinta da Princesa. No final da realização das entrevistas definitivas, concluiu-se que o guião estava construído de forma correcta, que era suficientemente claro e que era capaz de obter informações suficientes e passíveis de serem analisadas. Posteriormente, as

entrevistas-piloto, foram incluídas no *corpus* já que não foi necessário efectuar alterações que pudessem modificar o tipo de resposta dos sujeitos.

5.2.2. As transcrições

A transcrição de entrevistas é um processo moroso e pode ser complicado por diversos factores como a qualidade do áudio obtido, ruídos, timbre de voz do entrevistado, etc. A melhor maneira do investigador se precaver face a estes percalços é investindo em bom material de gravação. Um gravador que possua funcionalidades de ligação a um computador será o ideal e se tiver a opção de gravar por faixas, ainda melhor. Assim o é, porque durante a transcrição é necessário parar diversas vezes e voltar atrás já que o discurso do entrevistado pode ser rápido. Se o gravador for digital e permitir que voltemos atrás de forma rápida e precisa, evitamos perdas de tempo desnecessárias.

Um importante factor a ter em conta durante esta etapa é a cadência das transcrições face à cadência da realização das entrevistas. Assim é, pelo simples facto de que uma transcrição que acompanhe a realização das entrevistas, providencia ao investigador uma melhor percepção dos conteúdos e temas que vão surgindo no decorrer do processo, podendo interrompê-lo quando ache necessário (Ghiglione & Matalon, 1992). A transcrição faseada das entrevistas permite, para além disso, que se possam fazer ajustes na orientação seguida, “se nos apercebermos que esta não está adaptada aos objectivos fixados, ou ainda que seria interessante abordar outros problemas” (Ghiglione & Matalon, 1992, p. 56).

5.3. A análise de conteúdo

Segundo Bardin (1979), o procedimento relativo à análise de conteúdo comporta três momentos fundamentais que devem seguir a ordem cronológica pela qual são apresentados: 1) pré-análise; 2) exploração do material); e, 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Durante a fase de pré-análise, dado o cariz exploratório do estudo, não houve a preocupação na escolha dos documentos. Partiu-se do pressuposto que toda informação recolhida seria importante para a análise. No entanto, nenhuma das entrevistas que constituem o *corpus* documental fugia aos objectivos propostos aquando da formulação do problema de investigação. No entanto, existiu sempre a preocupação em garantir o critério da exaustividade, ou seja, teve-se em conta todos os elementos desse *corpus*, não deixando nenhum tipo de informação de fora

(Bardin, 1979). Desta forma assegura-se que todas as unidades de registo pudessem ser inseridas numa categoria ou subcategoria. Ainda inserido na pré-análise, há que ter em conta a “leitura flutuante” – analogia à atitude do psicanalista – do material recolhido (Bardin, 1979). Esta leitura flutuante permitiu que se estabelecesse “contacto com os documentos a analisar e conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 1979, p. 96).

Desta “leitura flutuante” (Bardin, 1979), surgiram duas categorias emergentes, ou seja, categorias que ressaltam do *corpus* documental e que são também sujeitas a análise. São categorias referentes à relação entre os *mass media* e o medo do crime (C – Comunicação Social) e às incivildades (D – Incivildades). Estas duas novas categorias vêm juntar-se às pré-categorias que caracterizavam o medo do crime (A – Medo do Crime) e os bairros sociais em estudo (B – Bairros Sociais), sendo que os seus conceitos teóricos subjacentes estavam definidos na teoria (vd. Capítulo I). Assim sendo, a grelha de análise construída compreende um total de 39 subcategorias distribuídas por 11 categorias (sendo que duas eram, como já referimos, emergentes do *corpus*) (vd. Anexo 11). Há ainda a referir que a divisão em subcategorias teve em conta os critérios de exclusividade, ou seja, nenhuma unidade de registo poderia ser codificada em duas categorias ou subcategorias distintas. Para que tal fosse possível, procurou-se identificar os indicadores e definir as categorias e subcategorias da melhor forma possível. Após estarem criadas condições ao nível da organização do material, procedeu-se à codificação do material.

Desta codificação surgiram “resultados brutos” (Bardin, 1979, p. 101) que posteriormente foram transpostos para gráficos e tabelas de frequência das unidades de registo por subcategoria de forma a ter um conspecto geral relativamente aos resultados (vd. Anexo 12). Foram, assim, assinaladas as subcategorias mais demarcadas que posteriormente foram cruzadas com outras, de forma a compreender o funcionamento do discurso dos entrevistados. Estes elementos facilitaram também, posteriormente, a elaboração de inferências acerca dos resultados.

III. Resultados

1. As pré-categorias

Desde o início do estudo, antes da “leitura flutuante” Bardin (1979), partiu-se de duas pré-categorias, uma relacionada com a descrição do medo do crime (A) e outra relacionada com os bairros sociais em estudo. Após a codificação de todas as unidades de registo (adiante: u.r.), ficou, assim, feita a distribuição das mesmas, pelas pré-categorias.

Tabela 2. *Distribuição da frequência das u.r. por pelas pré-categorias*

Pré-categorias	U.r
A. Medo do crime	740
B. Bairros sociais	234
Total	974

Como se pode ver pela leitura da Tabela 2, apesar de existirem diferenças notórias entre o número de u.r. codificadas nas duas pré-categorias estas acabaram por ficar distribuídas, quase na sua totalidade, pelas duas pré-categorias (94% das u.r. foram codificadas nestas duas pré-categorias). Tal facto pode ser explicado pela construção do guião de entrevista já que apontava exactamente para o discurso relativo a estes dois temas.

A grande quantidade de u.r. codificadas na pré-categoria relativa à descrição de diversos fenómenos relacionados com o medo do crime (A) (e.g., onde é que as pessoas sentem mais medo do crime, a razão que justifica esse medo, em que altura do dia têm mais medo do crime, etc.) diz-nos que existiu, por parte dos entrevistados, uma grande adesão ao tema em estudo já que utilizaram múltiplas vezes, no seu discurso, expressões que remetiam para a caracterização do seu medo em serem vítimas de crime.

Por outro lado, a pré-categoria relacionada com a forma como os entrevistados vêem os bairros sociais em estudo (B) foi, de facto, menos vezes incluída no discurso dos mesmos. Este facto pode ser justificado, não pelo desinteresse face ao bairro (já que as u.r. codificadas nesta pré-categoria correspondem a mais de 22% da totalidade das u.r.), mas sim pela sua sonegação pela pré-categoria relacionada com o medo do crime.

2. As categorias

Para além da distribuição das u.r. pelas pré-categorias, é importante perceber a forma como as u.r. ficaram distribuídas pelas categorias que as constituem e por categorias emergentes do *corpus*. As u.r. ficam então distribuídas da seguinte forma.

Tabela 3. *Distribuição da frequência das u.r. pelas categorias*

Categorias	U.r.
A.1. Onde	79
A.2. De quem	275
A.3. Quando	78
A.4. Porque	205
A.5. Reacção	103
B.1. Espaço físico	90
B.2. As pessoas	69
B.3. Actividade	34
B.4. Sentimentos face aos bairros	41
C. Comunicação social ²	16
D. Incivildades ³	45
Total	1035

Assim sendo, através da leitura da Tabela 3, podemos observar que a categoria mais comum no discurso dos entrevistados é a que diz respeito à imagem que estes têm da figura ameaçadora (A.2). Este resultado poderá espelhar a necessidade das pessoas atribuírem a uma figura (mesmo que não seja concreta), o seu medo em serem vítimas de crime. Outra das categorias predominantes no discurso dos sujeitos diz respeito às razões que levam os sujeitos a terem medo de ser vítimas de crime (A.4). Este resultado vai de encontro ao modelo proposto por van der Wurff e Stringer (1998) e que defende que existem inúmeros factores que levam as pessoas a terem medo do crime. No entanto, estes factores são bem expressos no discurso dos entrevistados, embora a sua prevalência varie de factor em factor (neste caso, entre subcategorias). De notar, ainda, o número de u.r. codificadas na categoria que diz respeito à reacção que os entrevistados teriam face a uma situação de crime. O número de u.r. contabilizadas nesta categoria poderá estar relacionado com a estrutura do guião de entrevista, já

^{2 e 3} Categorias emergentes.

que este prevê a resposta a uma pergunta onde é pedido aos entrevistados que se situem face a uma situação de crime.

Outras categorias, apresentaram um número muito reduzido de u.r. codificadas. A categoria com menos u.r. codificadas é a que está relacionada com a comunicação social. No entanto, esta categoria (emergente do *corpus*), embora não apresente um grande número de u.r. codificadas, surge quase na totalidade das entrevistas sendo, por isso, um tema importante no discurso global dos entrevistados como veremos, mais adiante na discussão dos resultados. Outra categoria que apresentou poucas u.r. codificadas refere-se às actividades protagonizadas pelos habitantes do bairro. Neste caso, a justificação poderá advir do desconhecimento dos entrevistados relativamente ao que se passa no bairro. Apesar disso, é muitas vezes mencionado que o bairro está associado a actividades criminais, como tráfico e roubos.

3. As subcategorias

3.1. Relativas ao local (A.1)

As subcategorias pertencentes a esta categoria são apenas duas, já que se considerou que todos os locais em que as pessoas podem ter medo de ser vítimas de crime, se inserem, ou dentro das casas dos entrevistados ou fora delas. Assim sendo, as u.r. ficam da seguinte forma distribuídas.

Tabela 4. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.1*

Subcategorias	U.r.
A.1.1. Em casa	10
A.1.2. Fora de casa	69
Total	79

Como se pode verificar pela leitura da Tabela 4. as pessoas referem que têm muito mais medo de serem vítimas fora das suas casas do que dentro delas, o que remete para a ideia de que a sua casa é vista como porto de abrigo.

3.2. Figuras do medo (A.2)

Como já foi referido, a imagem da figura ameaçadora é referida inúmeras vezes no discurso do entrevistado. Assim sendo, dentro desta categoria as u.r. distribuem-se da seguinte forma.

Tabela 5. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.2*

Subcategorias	U.r.
A.2.1. De grupos de pessoas	31
A.2.2. De pessoas desconhecidas	14
A.2.3. Raça/Etnia	56
A.2.4. Toxicodependentes	22
A.2.5. Idade	13
A.2.6. Género	6
A.2.7. Olhar	10
A.2.8. Vestuário	22
A.2.9. Outras características	101
Total	275

Como pode ser visto na Tabela 5, a subcategoria que apresenta mais u.r. codificadas é aquela a que diz respeito às características diversas que os entrevistados atribuíram à figura ameaçadora (A.2.9). Este resultado pode ser justificado pela grande diversidade de u.r. que cabem dentro desta subcategoria. Nesta subcategoria estão compreendidas unidades de registo muito diversificadas que vão desde referências a “barba comprida” até a “um andar esquisito” passando por questões relacionadas com a higiene pessoal das figuras consideradas ameaçadoras. Outra das subcategorias que apresenta um grande número de u.r. codificadas está relacionada com a raça/etnia das pessoas que os entrevistados consideram como sendo ameaçadoras (A.2.3). Os resultados desta subcategoria poderão sugerir um sentimento de xenofobia por parte dos entrevistados. Por outro lado, estes resultados podem estar relacionados com a raça/etnia dos moradores dos bairros em estudo, já que estes são, maioritariamente, negros ou ciganos. Por fim será importante dar relevância ao número de u.r. consideradas na subcategoria que diz respeito ao medo que os entrevistados manifestam de serem vítimas de crimes por parte de grupos de pessoas (A.2.1). Este medo poderá resultar da percepção que o entrevistado tem acerca da sua incapacidade para lidar com a desvantagem numérica em caso de um crime.

No que diz respeito às subcategorias que apresentam menor número de u.r. codificadas, evidencia-se a que diz respeito ao género da figura que os entrevistados consideram como ameaçadora. (A.2.6). Tal facto poderá ser explicado pela simples razão de que, hoje em dia, tanto homens como mulheres, são vistos como potenciais criminosos. Outra subcategoria que apresenta um baixo número de u.r. codificadas é a que diz respeito às características do olhar das figuras que os entrevistados consideram ameaçadoras (A.2.6). Esta subcategoria, embora pouco prevalente no discurso do sujeito, surge sempre relacionada com características reveladoras de uma má intenção e que dão azo a considerações acerca do carácter persecutório dos potenciais criminosos.

3.3. Altura do dia (A.3)

As duas subcategorias da categoria A.3 dizem respeito á altura do dia que os entrevistados consideram como sendo mais perigosa.

Tabela 6. Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.3

Subcategoria	U.r.
A.3.1. De dia	20
A.3.2. De noite	58
Total	78

Como pode ser visto pela leitura da Tabela 6, as pessoas apresentam muito mais medo de serem vítimas de crime durante o período nocturno (A.3.2) do que no período diurno (A.3.1). Este facto pode ser justificado pela diminuição da acuidade visual e pela, conseqüente, incapacidade de prevenir situações de crime. Desta forma, o sujeito considera que mais facilmente perderá o controlo sobre a situação, daí que mencione ter mais medo do crime durante a noite.

4. As razões (A.4)

Segundo van der Wurff e Stringer (1998), o medo do crime é influenciado por um conjunto de factores que tendem a oscilar no que diz respeito à sua importância. A forma como os participantes descrevem as razões que os levam a ter medo está presente na próxima tabela.

Tabela 7. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.4*

Subcategoria	U.r.
A.4.1. Atractividade	33
A.4.2. Poder próprio	79
A.4.3. Poder do outro	10
A.4.4. Intenção	57
A.4.5. Experiências passadas	26
Total	205

Como pode ser visto na Tabela 7, a subcategoria que apresenta maior número de u.r. codificadas dentro da categoria A.4, é a que diz respeito à capacidade que o entrevistado atribui a si mesmo, quando está perante uma situação de crime (A.4.2). Este resultado elevado poderá estar relacionado, não só, com o sentimento de incapacidade sentido pelos sujeitos, mas também pelas próprias perguntas do guião, já que remetiam para a tónica relacionada com a atitude dos entrevistados. Também a subcategoria dedicada à intenção que os entrevistados identificam nos outros (A.4.4), apresenta um grande número de u.r. codificadas. Este resultado poderá estar relacionado com a desconfiança que é vivida pelos sujeitos, nos dias de hoje.

A subcategoria com menos u.r. codificadas dentro da categoria A.4. foi a que diz respeito ao poder que os entrevistados atribuem ao criminoso em caso de uma situação de crime (A.4.3). Tal como foi sustentado por van der Wurff e Stringer (1998), o resultado desta subcategoria encontra-se no pólo oposto ao da subcategoria relacionada com a capacidade que o entrevistado atribui a si mesmo, quando está perante uma situação de crime (A.4.2).

5. A reacção dos sujeitos (A.5)

Embora as reacções das pessoas face a determinadas situações possam ser o mais dispares quanto possamos imaginar, optou-se por dividi-las em três subcategorias. A forma como as u.r. se distribuem por estas três subcategorias pode ser lida na tabela que se segue.

Tabela 8. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria A.5*

Subcategoria	U.r.
A.5.1. Evitamento	61
A.5.2. Confrontação	29
A.5.3. Indecisão	13
Total	103

Como pode ser visto na Tabela 8, a subcategoria que engloba o maior número de u.r. dentro da categoria A.5 é a que diz respeito ao comportamento de evitamento por parte dos sujeitos aquando de uma situação de crime (A.5.1). Estes resultados poderão ser explicados pelo facto das pessoas optarem frequentemente por não arriscar atitudes de confrontação relativamente aos criminosos. Por outro lado, é a subcategoria relativa à indecisão quando ao comportamento a adoptar face a uma situação de crime (A.5.3) que apresenta resultados mais baixos dentro desta categoria. De facto as pessoas parecem ter um comportamento já programado e pronto a por em prática caso se deparem com uma situação de crime. Este facto pode ser justificado pelo constante alerta em que as pessoas vivem, relativamente a serem vítimas de crime, por parte dos *mass media*.

6. Espaço físico dos bairros (B.1)

No que diz respeito ao espaço físico dos bairros em estudo, consideraram-se três subcategorias.

Tabela 9. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.1*

Subcategorias	U.r
B.1.1. Dentro do bairro	34
B.1.2. Fora do bairro	13
B.1.3. Periferia do bairro	43
Total	90

Pela leitura da Tabela 9, podemos ver que a diferença de u.r. codificadas entre a subcategoria que se relaciona com o espaço da periferia dos bairros em estudo (B.1.3) e o espaço dentro dos limites dos mesmos bairros (B.1.1) não divergem muito. Estes resultados podem estar relacionados com a dificuldade que, à primeira vista, se poderá ter em delimitar as linhas fronteiriças dos bairros em estudo.

7. As pessoas e os bairros (B.2)

Muitas são as pessoas que se podem identificar como tendo relações com o bairro. Optou-se por dividir estas pessoas por três subcategorias.

Tabela 10. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.2*

Subcategorias	U.r.
B.2.1. Do Bairro	49
B.2.2. De fora do bairro	15
B.2.3. Da periferia do bairro	5
Total	69

Como se pode ver pela Tabela 10, os entrevistados mencionam grande parte das vezes as pessoas que estão identificadas como moradoras dos bairros em estudo (B.2.1). Esta subcategoria engloba u.r. que geralmente se associam a aspectos menos positivos da relação com os habitantes desses bairros.

8. A actividade do bairro (B.3)

Este tipo de bairros são geralmente considerados como locais onde imperam actividades ilícitas (Fernandes, 1998). Esse foi, também, um aspecto que se procurou ter em conta no discurso dos sujeitos.

Tabela 11. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.3*

Subcategorias	U.r.
B.3.1. Comércio	7
B.3.2. Tráfico	6
B.3.3. Violência	8
B.3.4. Outros crimes	13
Total	34

Embora não haja nenhuma subcategoria que se evidencie quanto ao número de u.r. codificadas, seria importante chamar a atenção para a diferença entre a subcategoria que diz respeito a actividades relacionadas com o comércio (B.3.1) e a soma das outras três. Tal resultado, poderá

ser justificado pela crença de que os bairros sociais são locais onde se desenvolvem actividades criminais.

9. Sentimentos face aos bairros. (B.4)

Ao contrário daquilo que seria esperado, não foram encontrados sentimentos positivos expressos face ao bairro, no discurso dos entrevistados. Assim sendo, essa subcategoria não entra para a lista, sendo que as u.r. ficam distribuídas de acordo com a tabela que se segue.

Tabela 12. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria B.4*

Subcategorias	U.r.
B.4.1. Negativos	15
B.4.2. Indiferença	26
Total	41

Como pode ser visto pela leitura da Tabela 12, os entrevistados tendem a manifestar mais sentimentos de indiferença (B.4.2) face aos bairros sociais em estudo do que sentimentos negativos (B.4.1). Este resultado poderá ser justificado, pelo desconhecimento das verdadeiras características dos bairros, não permitindo que os sujeitos possam criar uma imagem mental sólida acerca dos bairros. Ou então, à semelhança da figura do criminoso, já que as pessoas apenas conhecem os bairros através daquilo que vêem na comunicação social, criando uma imagem diluída das verdadeiras características destes espaços.

10. As incivildades (D)

As incivildades, que estão, para alguns autores, na base do sentimento de insegurança podem ser de diversos tipos.

Tabela 13. *Distribuição das u.r. pelas subcategorias da categoria D*

Subcategorias	U.r.
D.1. Sujidade	9
D.2. <i>Graffitis</i>	1
D.3. Mau estado dos acessos	2
D.4. Barulho	10
D.5. "Janelas partidas"	23
Total	45

Como podemos ver pela Tabela 13, as incivildades mais frequentemente assinaladas pelos entrevistados estão relacionadas com a degradação do espaço, nomeadamente de janelas e portas partidas (D.5). Esta parece ser a face mais visível das incivildades para os entrevistados e que é considerada como determinante para a formação de medo do crime. Por outro lado, o tipo de incivildades que menos se manifesta no discurso dos entrevistados está relacionado com a pintura de *graffitis* (D.2). Este resultado poderá derivar da pouca importância que as pessoas atribuem a este tipo de “violência *soft*” (Manita, 2008, p.21).

V. Discussão

1. A figura ameaçadora

Em primeiro lugar, e também, porque ressalta aos olhos (vd. Anexo 11), abordar-se-á a questão relacionada com a frequência elevada de unidades de registo relativas às diversas características que os entrevistados atribuem às figuras consideradas como ameaçadoras (A.2.9), nomeadamente, a descrição de características diversas relativas à figura que os entrevistados consideravam como sendo ameaçadora e capaz de provocar medo. É imperativo começar por alumiá-lo que esta subcategoria comporta um número vastíssimo de u.r. distintas que vão desde “barba por fazer” até “um andar esquisito”. Para além destas u.r. os entrevistados caracterizam as figuras ameaçadoras fazendo referência à higiene oral (e.g., “dentes podres”, “desdentados”), à sujidade e saúde do corpo (e.g., “sujos”, “com a cara cheia de feridas”). Muitas vezes fazem, também, referência à “atitude” (e.g., “sujeitos mal-encarados”) e ao “modo de ser” das pessoas de quem têm medo. Este facto, começa, por si só, a explicar qual a razão de existirem tantas u.r. codificadas nesta subcategoria. A questão que se coloca, é saber o porquê dos entrevistados utilizarem características tão divergentes para tipificar a figura do medo.

Uma das razões que surge como justificação prende-se com o facto das pessoas poderem nunca ter sido vítimas de crimes (e.g., “como já referi, nunca tive problemas com ninguém”, “nunca me fizeram nada”). Desta forma, todo o seu contacto com a figura do criminoso está dependente de relatos que são feitos por pessoas vitimizadas ou pela imagem que a comunicação social passa sobre os criminosos (Winkel & Vrij, 1990). De facto, o papel da comunicação social neste caso, é preponderante, não fosse este o principal meio de modulação de consciência das massas (MacLatchie, 1987; Winkel & Vrij, 1990). No entanto, o que acontece nos dias de hoje é que a comunicação social tende a diluir a imagem do criminoso dada a grande diversidade de notícias que difunde para o público. Como os diferentes tipos de crime são protagonizados por diferentes figuras, a imagem daquele que comete os crimes acaba por se tornar numa amálgama ou numa variedade tão grande de características que se torna impossível, para o sujeito, criar uma imagem concreta do criminoso. Um bom exemplo disso é as notícias que dão caso de crimes económicos, denominados de “colarinho branco”. Surgem, então, respostas vagas e pouco objectivas como, por exemplo: “depende da pessoa e das características”.

2. Fora das quatro paredes

Outra das subcategorias que se evidenciou pela frequência com que nela eram codificadas u.r. foi a que dizia respeito ao medo das pessoas serem vítimas de crimes quando passam a porta de casa e deixam de estar protegidas pelas quatro paredes da sua casa (A.1.2). Esta subcategoria, congrega algumas u.r. distintas entre si e relativas a diversos espaços fora de casa (e.g., “ontem estive numa terra que não conheço bem”, “por exemplo, estar no trabalho”). De facto, os entrevistados demonstram ter um grande receio de serem vítimas de crimes quando saem para a rua e esse medo parece aumentar quando conjugado com o factor noite (A.3.2 – De noite). Na verdade, estas duas subcategorias aparecem muitas vezes agregadas já que, tal como Horton (1988) concluiu, o medo do crime é fomentado pela escuridão e pela solidão – características intrínsecas da noite (e.g., “ir assim, numa rua escura”, “quando saio [muito cedo de casa para o trabalho] e ainda é de noite”). Para além disso, estas duas subcategorias aparecem também associadas a uma terceira que está relacionada com o poder do entrevistado quando confrontado com uma situação de crime (A.4.2). Esta associação deve-se, em grande parte, à crença de que fora da sua casa, o sujeito não terá os meios necessários para poder lidar com situações de crime. Ou seja, as pessoas continuam a considerar o seu lar como um porto de abrigo onde estarão sempre – um pouco mais, pelo menos – a salvo daqueles que lhes querem fazer mal. Assim sendo, quando o perdem tendem a sentir-se mais vulneráveis a todo o tipo de ameaça (Horton, 1988).

3. Os grupos étnicos

Pelas leituras que foram realizadas para a preparação deste trabalho, sabia-se que as pessoas apresentam, frequentemente, mais medo de pessoas diferentes delas (Kohut & Wike, 2009), daí que a *xenophobia* («*xenos*» diferente, «*phobia*» medo) possa estar a assumir novos contornos na nossa sociedade. Assim sendo, já havia o prenúncio de que os entrevistados mencionassem características étnicas/raciais das pessoas e atribuindo-lhes uma grande importância no sentimento de medo de ser vítima de um crime. De facto, os entrevistados referiram que tinham mais medo de pessoas de raça negra e de etnia cigana do que dos seus congéneres caucasianos. Ou seja, acaba por vingar o estereótipo, além de que, os bairros sociais em estudo são habitados, na sua maioria, por pessoas negras e ciganas.

Existem, no entanto, dois factores que se avultam quando fazemos inferências acerca desta subcategoria. Em primeiro lugar, as u.r. relacionadas com “raça/etnia” (subcategoria A.2.3)

aparecem quase sempre associadas a grupos de pessoas (e.g., “no outro dia fui ao café e estava cheio de ciganos”, “[ali ao pé da minha casa] há muitos negros”, “agora se eu visse que era um grupo de pretos”, “é tudo tipos de cor e anda tudo ao bando”). Ou seja, os entrevistados consideram que pessoas de raça negra ou de etnia cigana andam, geralmente, em grupo e isso constitui um forte condicionamento para que sintam medo.

Por outro lado, há que ter em conta que também a subcategoria referente aos habitantes “do bairro” (B.2.1) aparece muitas vezes associada à subcategoria raça/etnia, podendo significar que as pessoas testemunham, com alguma frequência, grupos de pessoas com estas características (e.g., “eles põem-se ali debaixo da minha janela”, “os [negros] do bairro juntam-se sempre ali”).

Outros factores que podem explicar esta associação são os meios de comunicação social (e.g., “especialmente porque a comunicação social também fala mais das pessoas de cor quando fala dos assaltos”). Estes órgãos de informação difundem, regularmente, notícias onde passam a ideia de que são os grupos de jovens negros e ciganos habitantes de bairros sociais, que cometem os crimes (Winkel & Vrij, 1990).

Uma das questões que poderá ter ficado por tratar neste estudo, e que seria interessante aprofundar em estudos futuros, relaciona-se com a visão que as diferentes raças têm umas das outras quanto à figura do criminoso. Infelizmente, todos os sujeitos entrevistados eram caucasianos, não sendo, por isso, possível corroborar os estudos sobre o medo do crime entre diversas raças e etnias (e.g., Evans, 1995; Parker, 1988; Walker, 1994).

4. A noite

A subcategoria relacionada com o medo de ser vítima de crime durante a noite (A.3.2) foi a quarta com a maior frequência de u.r (e.g., “e a meio da noite”, “[um sítio] sem luz, talvez sentisse um bocado de insegurança”, “[estar sozinha faz-me muito medo] especialmente durante a noite”). Desde o início deste estudo que este resultado era esperado, já que a noite está geralmente associada à prática de crimes (Horton, 1988). Por isso mesmo, não foi de estranhar que esta aparecesse frequentemente associada a outras subcategorias como a atractividade (A.4.1) (e.g., “a falta de policiamento visível, locais pouco iluminados”, “se fosse num sítio escuro, à noite [com pouca gente] e o poder do próprio (A.4.2) (e.g., [de noite] a gente fica sem saber o que há-de fazer, ficamos de mãos atadas”).

Em ambos os casos, a relação é explicada pelo facto de que, a noite debilita os nossos sentidos e acaba por nos tornar mais vulneráveis a ataques inesperados (Allen et al., 1988). Desta forma, a noite é vista como mais cativante para que os criminosos cometam os seus delitos sem serem surpreendidos pela polícia (Roman & Chalfin, 2008). Além disso a noite é vista como sinónimo de recolhimento das pessoas às suas casas, e consideram que não seria fácil alguém socorrê-las (e.g., “à noite até podemos estar deitados no chão a morrer que a outra pessoa nem sequer dá por nós”).

A noite encontra-se também, ligada à subcategoria relacionada com o evitamento. É compreensível que uma pessoa que apresente maior medo de ser vítima de um crime durante o período nocturno evite expor-se a esse factor.

5. Poder do próprio vs. poder do outro – aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais

Quando van der Wurff e Stringer (1998) definiram estes dois conceitos, tiveram em conta que um variaria sempre no sentido oposto ao outro. De facto, os resultados finais da presente investigação confirmam essa tendência. No entanto, a questão não é assim tão linear e a diferença entre ambos torna-se mais inflacionada, já que na grande parte das vezes em que a subcategoria “poder do próprio” (A.4.2) é referida, remete-nos para o contrário daquilo que foi definido pelos autores. De facto, as pessoas muitas vezes utilizam expressões que se enquadram nesta subcategoria, mas exprimindo uma incapacidade de lidarem com situações em que se sentem ameaçadas. Ou seja, os entrevistados optam por colocar a ênfase na sua incapacidade de lidar com estas situações, em vez de caracterizarem o poder que os criminosos têm face a eles.

O poder do próprio surge ainda associado a outras subcategorias relacionadas com as razões de se ter medo do crime, como são exemplos a idade (A.2.5) (e.g., “se eram novos, a idade, tinha isso tudo em conta”) e o género (A.2.6) (e.g., “mas eu sou mulher, eles já aos homens fazem mal, quanto mais a uma mulher”, “e via se era só rapazes que estavam ali”) do potencial criminoso. No que diz respeito à idade, os entrevistados parecem demonstrar que quando são confrontados com pessoas mais novas, evitam entrar em confronto, talvez com receio de uma desvantagem física (e.g., “geralmente de pessoas mais novas”) (de Donder et al., 2005). Relativamente à subcategoria A.2.6, os entrevistados do género feminino tendem a chamar a atenção para o medo que têm dos criminosos homens em detrimento do que têm das mulheres (e.g., “dos mais velhos

e as raparigas não tenho medo”, “ver, assim um grupo de rapazes em grande escala”). Já os entrevistados do género masculino, nunca abordam a diferenciação entre o medo que sentem de possíveis criminosos de ambos os géneros e quando o fazem.

Por fim, e não menos relevante, há que ter em conta o outro factor que está relacionado com a subcategoria “poder próprio” (A.4.2), o espaço físico “dentro do bairro” (B.1.1). De facto, embora não seja frequente, acontece num número considerável de situações, estas duas subcategorias surgirem relacionadas no discurso dos entrevistados. Tal facto pode ser explicado pelo facto de que as pessoas mencionarem diversas vezes que, já nem perto da sua casa (periferia do bairro) se sentem seguras (e.g., “porque é assim, a minha zona tem dois bairros sociais mesmo ali, junta-se ali tudo”, “viver perto do bairro (...) tenho respeito e tenho medo ao mesmo tempo”).

Tal como é referido por Chandola e colaboradores (2007), o medo do crime acaba por minar o comportamento social dos sujeitos e faz com que a sua capacidade de relação nas redes sociais que o envolvem diminua. Este fenómeno é bem visível nos resultados obtidos neste estudo, especialmente através das subcategorias que dizem respeito ao evitamento de situações potencialmente perigosas (A.5.1). É que as pessoas não tendem, apenas, a evitar outras pessoas mas também situações (e.g., “normalmente não saio à noite e quando saio é acompanhada”, “de dia, já andar sozinho às vezes é perigoso, quanto mais durante a noite”). Referem muitas vezes que têm medo de sair à rua, facto que acaba por deteriorar as relações com os seus vizinhos (e.g., “inseguro porque esta zona está cada vez pior e nós já não conhecemos ninguém”, “geralmente, a partir das dez horas da noite já não saio de casa a não ser que seja muito necessário”). Segundo Chandola e colaboradores (2007), este isolamento acaba também por provocar sentimentos depressivos associados à falta de interacção com as pessoas da sua relação, especialmente nas pessoas do género feminino.

No entanto, assim como referiu Hay (in Pain, 2000), os homens parecem ter maior relutância em assumir o medo. Também este fenómeno pode ser observado através dos resultados deste estudo. Neste caso, quase todas as respostas relativamente a reacções de confrontação face a situações de potencial crime (A.5.2) são mencionadas por indivíduos do género masculino (e.g., “eu pedia para se afastarem que eu queria entrar”, “não tinha qualquer tipo de receio à primeira vista”, “eu punha-me um bocado alerta mas não voltava para trás”), sendo raros os casos de entrevistados do género feminino que dizem que enfrentavam os criminosos ou que se sujeitaram

a esse tipo de situações (e.g., “agia normalmente, não mostrava receio perante as pessoas que estivessem no grupo”).

6. (Má) Intenção e evitamento

Quando se deu início à construção da grelha de análise de conteúdo, tomou-se esta subcategoria (A.4.4) como a atribuição de más intenções a pessoas que provocavam medo aos entrevistados. No entanto, com o decorrer das codificações e através de uma leitura mais aprofundada do *corpus*, houve a necessidade de retirar a palavra “má” da sua constituição, já que muitas vezes as pessoas mencionavam uma intenção que não tinha conotação negativa (e.g., “[esperava um pouco] para ver qual era a reacção deles”, “se não estivessem a fazer nada ao carro”). No entanto, estes casos representam raras excepções, já que na maior parte das vezes, a subcategoria A.4.4 refere-se, de facto, à má intenção que os entrevistados identificavam nas pessoas das quais tinham medo (e.g., “e quando eles vêm para nos roubar”, “e quando ele me viu, veio passar para o meu lado”, “é capaz de me encontrar numa rua e fazer-me mal”). De facto, as pessoas tendem a fazer julgamentos previamente determinados das pessoas com que se cruzam na rua (Stapel et al., 1994). Há uma desconfiança patente nas relações entre as pessoas ou então tendem a não reconhecer que essas pessoas tenham capacidade para as ajudar caso estejam em perigo (e.g., “é difícil precaver quem é de confiança e quem não é”, “estou sempre à espera que apareça alguém e que me queira fazer mal”). Este julgamento torna-se ainda mais pré-determinado quando se conjuga com outras u.r. relacionadas com as características das pessoas. Os entrevistados tendem a atribuir más intenções a pessoas com características que elas consideram como sendo ameaçadoras. São exemplos destas características, a etnia/raça (A.2.3) (v.d. ponto 3 deste capítulo), os toxicodependentes (A.2.4.) (e.g., “pessoas com aparência de que podem, eventualmente tomar estupefacientes”), o vestuário (A.2.8) (e.g., “chegarem-se ao pé de nós com mau aspecto”, “às vezes com calças largas ou com blusões grandes”) mas sobretudo o olhar (A.2.7) (e.g., “com um olhar ameaçador”, “um olhar de caça”, “um olhar fixo”). Na verdade, sempre que os entrevistados mencionam o olhar dos sujeitos dos quais têm medo, identificam-no imediatamente com expressões que revelam má intenção.

Outra das subcategorias que se mostra extremamente relacionada com a intenção, é a que diz respeito ao medo de pessoas desconhecidas (A.2.2). Ao que parece, os entrevistados tendem a manifestar grande preocupação quando se cruzam com pessoas desconhecidas (e.g., “onde esteja um grupo de pessoas que não conhecemos”, “porque é pessoas que a gente não conhece”).

Tende-se a crer que este facto se deve a um clima de desconfiança generalizada que se vive nos dias de hoje (Jackson, 2004) e que parece aumentar de dia para dia com as constantes notícias veiculadas pela comunicação social (Heath, 1984). Para além deste factor há que não esquecer o aumento da solidão entre os habitantes das grandes cidades, resultantes do progresso e da industrialização. Na verdade, as pessoas tendem a considerar que qualquer pessoa com que se cruzam na rua é um potencial criminoso, já que a imagem do criminoso está tão diluída que se torna muito difícil distinguir quem é de confiança e quem não é (e.g., “até pode ir bem vestido e andar armado”) (Winkel & Vrij, 1990). Não será, pois, difícil esperar que os entrevistados demonstrem um medo de ser vítimas de crime, até mesmo perto da sua casa (Burby & Rohe, 1988). De facto, relativamente a este ponto, há que notar que as pessoas desconhecidas são muitas vezes conotadas como fazendo parte do bairro (B.2.1) (e.g., “dos novos não conheço ninguém”) ou ligadas a ele (B.2.2) (e.g., “são os que vêm de fora para comprar droga”). Os entrevistados mencionam, por diversas vezes, que embora conheçam e não receiem os habitantes mais velhos do bairro com os quais possam ter travado já conhecimento, não sabem o que esperar dos irmãos mais novos (ou filhos) destes habitantes que não conhecem (e.g., “mas há outros, especialmente os mais novos que nós sabemos que têm outro tipo de atitude”). Preferem, assim, evitar o contacto com as pessoas do bairro de forma a protegerem-se contra possíveis (más) intenções que estes possam ter (e.g., “faço a minha vida e eles [os do bairro], fazem a deles”, “eles [do bairro] lá e a gente cá”).

7. Espaço envilecido

Embora apenas a subcategoria relativa ao espaço da periferia do bairro (B.1.3) se evidencie no conteúdo das entrevistas (e.g., “viver aqui ao pé do bairro”, “mas o que vejo por ali faz-me andar um bocado com o pé atrás”, “estamos aqui ao lado do bairro”), há que ter em conta as restantes ligações que com ela são feitas, especialmente ao nível do espaço dentro dos bairros. Quer-se dizer com isto que o espaço físico do bairro encontra-se envilecido e conotado com características físicas associadas a degradação, sujidade e barulho. De facto, quase na totalidade das vezes em que o espaço físico dos bairros sociais é mencionado, encontram-se associadas outras três categorias relativas ao plano das incivildades: sujidade (D.1) (e.g., “[principalmente aqui os bairros sociais] cheios de lixo), barulho (D.4) (e.g., [já vivo aqui há tanto tempo que já me habituei] com o barulho”) e as *broken windows* (Kelling & Wilson, 1982) (e.g., “aqui o bairro nem cimento tem nas paredes, é só tijolo (...) são sítios muito degradados”). Pode, então, dizer-se que

os entrevistados atribuem aos bairros sociais que os rodeiam, características de degradação, quer física quer de cidadania, e que por essas razões tendem a evitar esses espaços.

O discurso dos entrevistados parece ir ao encontro do que foi defendido pela escola europeia do sentimento de insegurança. Um dos seus principais autores (Roché, 1998) defende que o sentimento de insegurança está profundamente relacionado com uma nova violência urbana, as incivildades. Para este autor, as incivildades acabam por passar despercebidas ao público em geral porque não se inserem na ordem jurídica não tendo tanto mediatismo nos *mass media*, embora façam inequivocamente parte da (des)ordem social. Tal facto poderá ser explicado à luz da concepção de Manita (2008, p. 21) acerca dos dois tipos de violência: “*soft* e *hard*”. Para a autora, a diferenciação da violência encontra-se na sua visibilidade pública e consequente julgamento. Desta forma podemos considerar as incivildades como fazendo parte da violência *soft*, no entanto, já que segundo a autora, esta diferenciação tende a mudar, poderemos vir a assistir a uma crescente criminalização deste tipo de fenómeno (Manita, 2008).

Quando, por sua vez, os entrevistados falam em locais fora dos bairros sociais ou da sua periferia, falam, geralmente, acerca de outros bairros sociais (B.1.3) (e.g., “vivi ao pé do Bairro da Quinta da Chegadoinha e do Bairro Amarelo”) e mais uma vez referem-se quase sempre a bairros que viram na comunicação social (e.g., “por exemplo certos bairros que a gente vê na televisão”, “há certos bairros que ouvimos falar nas notícias”). Quando o mesmo não acontece, surgem ideias da ligação que pessoas de fora dos bairros (B.2.2) têm com o bairro. Estes estranhos, que vêm de fora, estão geralmente associados a actividades criminais que se desenvolvem dentro dos bairros, como são exemplo as u.r. codificadas nas subcategorias tráfico (B.3.2), violência (B.3.3) e outros crimes (B.3.4) (e.g., “são os que vêm de fora para comprar droga e outras coisas que geralmente se metem em confusões aqui na zona”, “só se sabe que são as pessoas de fora da zona que fazem os assaltos”). Os visitantes dos bairros são, muitas vezes considerados como sendo os verdadeiros culpados pelo sentimento de insegurança que se vive nos arredores dos mesmos, já que são vistos pelos entrevistados como catalisadores das actividades criminais que por lá se vão desenrolando.

Por outro lado, estes visitantes são também conotados com a periferia do bairro (B.1.3), quando os entrevistados referem que saem e entram do bairro e no caminho praticam, também eles, crimes fomentando o medo entre os moradores da periferia. Mas não são só os visitantes que, segundo os entrevistados, cometem crimes e desacatos na periferia dos bairros. Segundo o

discurso dos moradores da periferia, os moradores do bairro saem muitas vezes do local onde habitam para frequentar espaços comerciais nos arredores do bairro (e.g., cafés) e acabam por envolver-se em episódios de violência, chegando mesmo a estar indicados por cometerem crimes de furto e agressão (e.g., “aquela gente ali não segue as mesmas regras que nós”, “eu já assisti a discussões entre um grupo de moradores ciganos do bairro e um casal (...) e já estava a ver que o casal para além de não ir receber nada ainda era assaltado”).

8. Sentimentos face aos bairros

Um dos resultados que mais surpreendeu foi aquele que está relacionado com o sentimento dos entrevistados (B.4) face aos bairros sociais em estudo. Na verdade, era esperado que as pessoas das periferias dos bairros sociais apresentassem algumas reticências quanto aos bairros sociais (B.4.1), mas não era, de longe, esperado que nenhuma manifestasse sentimentos positivos relativamente ao espaço e às outras pessoas. Mas assim aconteceu, e no discurso das pessoas surgem maioritariamente sentimentos de indiferença (e.g., “até agora não tenho tido problemas”, “portanto, não me influencia muito viver aqui”, “não me incomoda muito”) e sentimentos negativos (e.g., “e desde que aquilo [o bairro] veio para aqui, a gente deixou de poder estar sossegadas”, “por isso é claro que isso [viver perto do bairro] interfere com a minha vida”, “são sítios que eu também tento evitar”, “mas isto revolta-me [desacatos provocados pelos habitantes do bairro]”). Não quer dizer que os entrevistados não nutram sentimentos positivos específicos relativamente ao bairro, já que muitos deles mantêm ou mantiveram relações com alguns habitantes do bairro (e.g., “aqui do bairro conheço algumas pessoas, porque andaram a estudar comigo, foram da minha turma”, “da escola e assim”, “no Verão até costumamos jogar às cartas aqui no café”), no entanto, talvez pelo tema da entrevista, as pessoas acabam por omitir esses sentimentos positivos em detrimento dos negativos e de indiferença. De qualquer das formas há a ter em conta que esses sentimentos apareceram muitas vezes, associados a incivildades (D), facto que poderá também justificar estes resultados.

VI. Conclusão

O medo do crime é, hoje em dia, um fenómeno sobre o qual a sociedade tem que se debruçar, já que é um forte indicador para problemas relacionados com a saúde mental, assim como com o bem-estar, a vida social e comunitária dos habitantes das cidades e das suas periferias.

Para aprofundar o conhecimento sobre o tema do medo do crime, optou-se pela utilização de um método com as características que permitissem ir ao encontro do discurso directo dos participantes. Desta forma, elegeram-se as entrevistas orientadas de forma semi-directiva, já que estas permitem que se obtenha as informações veiculadas pelo discurso dos sujeitos. Estas entrevistas eram baseadas num guião que foi criado, propositadamente para este estudo com base na literatura e no problema de investigação formulado.

Optou-se por efectuar o estudo na periferia de dois bairros sociais com características distintas (Vale de Chicharos e Quinta da Princesa), no distrito de Setúbal, concelho do Seixal mas que, no entanto, se encontravam fisicamente próximos.

Para analisar a informação recolhida optou-se pela análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de cariz qualitativo que permite fazer inferências a partir do discurso dos entrevistados. Para que tal fosse possível teve que se recorrer à criação de uma grelha de análise de conteúdo que englobasse todas as unidades de registo presentes no *corpus* documental.

Assim sendo, tendo em conta o quadro teórico em que o trabalho se insere e o método de análise pelo qual se optou, concluímos que:

a) as pessoas sentem medo de serem vítimas de crimes, especialmente porque se sentem impotentes face aos criminosos. Ou seja, não consideram ter capacidade para lidar com situações de perigo e, muitas vezes, não reconhecem a competência dos outros para as ajudarem ou não confiam nelas para lhes prestarem ajuda;

b) são muito diversas as características das figuras das quais as pessoas sentem medo. Estas características variam, desde o simples facto das pessoas apresentarem-se a barba mais comprida e usarem calças rasgadas, até ao olhar (a forma como se olha, como olham e como nos olham). A questão do olhar é vista por parte dos entrevistados com um cariz marcadamente persecutório e

que introduz a variável intenção. De facto as pessoas desconfiam cada vez mais dos outros e sobretudo das pessoas que não conhecem;

c) a comunicação social é um importante meio para veicular o medo do crime, já que apresenta diariamente notícias relativas a crimes ou a violência. Fazem passar a ideia de que todas as pessoas podem ser potenciais criminosos. Hoje em dia na comunicação social, embora prevaleça a ideia do criminoso com mau aspecto, assiste-se, cada vez mais, a notícias que relatam crimes de “colarinho branco”. Este tipo de notícias fomenta a ideia que até mesmo pessoas com graus académicos superiores ou que ocupem cargos de grande responsabilidade são potenciais criminosos. Esta atitude está também relacionada com a (des)confiança que as pessoas depositam, cada vez mais, nos outros que as rodeiam. Para além disso, estes meios de informação atribuem ao crime uma dimensão global, ao nível macro, enquanto que, na maior parte das vezes, o crime encontra-se situado a um nível micro;

d) a proximidade de bairros sociais, que são caracterizados pelos respondentes como sendo abundantes em incivilidades físicas e morais, é um factor determinante no desenvolvimento de medo do crime nas pessoas. Este fenómeno acontece não só pelo facto das pessoas identificarem os habitantes dos bairros sociais como sendo perigosos, mas também porque consideram que muitas pessoas vêm de fora, atraídas pelas actividades criminais que se desenrolam dentro dos bairros.

e) o medo do crime é, nos dias de hoje, um importante factor que contribui para a decadência da saúde mental. A ansiedade em que as pessoas vivem, com medo de serem vítimas de crimes, faz diminuir, não só a qualidade de vida mas, também, o sentimento de comunidade entre habitantes da mesma zona. É importante não descurar esta consequência do medo do crime quando se planeiam acções com vista a melhorar a qualidade de vida das populações. Só através de um conhecimento profundo desta temática se podem desenvolver estratégias que visem diminuir as consequências individuais e sociais do medo do crime.

f) outra questão importante a ter em conta, é a forma como os realojamentos são feitos. Há que procurar manter a herança cultural das pessoas realojadas ao mesmo tempo que se promove a inclusão dessas pessoas na sua comunidade de acolhimento. É preciso planear os realojamentos ao pormenor, tendo em conta as ligações afectivas que prendem os habitantes destes locais, ao mesmo tempo que se tem que evitar criar nichos culturais isolados.

Em jeito de conclusão, há a reter que o medo do crime, apesar dos possíveis estudos que se possam desenvolver, continuará a ser um campo a explorar dada a complexidade do tema. O desenvolvimento de mais estudos levará a mais conclusões que enriquecerão o conhecimento que a sociedade tem sobre este assunto. Para além disso, a utilização de métodos qualitativos para estudar o medo do crime, poderá contribuir para apurar a forma mais correcta de o abordar. Só conhecendo bem o medo do crime, poderá encontrar-se a melhor forma o combater, caso contrário, a sociedade viverá sempre em angústia (Roché, 2000).

Referências

- Allen, L. E., Reed, M. D., & Sanchirico, A. (1988). Fear of crime and constrained behavior: Specifying and estimating a reciprocal effects model. *Social Forces*, 66(3), 827-837.
- Almeida, I., & Castro, P. (2002, May). *Realojamento: Satisfação residencial e identidade local*. Paper presented at the 1º Colóquio de Psicologia, Espaço e Ambiente, Évora.
- Arthurson, K., Baum, F., Palmer, C., & Ziersch, A. (2005). Danger lurks around every corner: Fear of crime and its impact in opportunities for social stigmatized Australian suburbs. *Urban Policy and Research*, 23(4), 393-411. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Atkinson, P. (1981). Research design in ethnography. In P. Atkinson (Ed.), *Research methods in education and the social sciences* (pp. 41-81). London: Open University Press.
- Atkinson, P., & Hammersley, M. (1994). Ethnography and participant observation. In N. K. Denzin (Ed.), *Handbook of qualitative research* (pp. 248-261). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bannister, J. (1993). Locating fear: Environmental and ontological security. In H. Jones (Ed.), *Crime and the urban environment* (pp. 69-84). Aldershot: Avebury.
- Bannister, J., Ditton, J., Farral, S., & Gilchrist, E. (1998). Women and the fear of crime: Challenging the accepted stereotype. *British Journal of Criminology*, 38, 283-99.
- Bannister, J., Ditton, J., Farral, S., & Gilchrist, E. (1999). Afraid or angry? Recalibrating the fear of crime. *International Review of Victimology*, 6(2), 83-99.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Baumeister, R. F., de Wall, C. N., Gitter, S. A., & Twenge, J. M. (2009). It's the thought that counts: The role of hostile cognition in shaping aggressive responses to social exclusion. Retrieved February 9, 2009, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

- Belyea, M. J., & Zingraff, M. T. (1988). Fear of crime and residential location. *Rural Sociology*, 53(4), 475-486. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Burby, R. J., & Rohe, W. M. (1988). Fear of crime in public housing. *Environment and Behavior*, 20(6), 700-720.
- Burgess, A. W., & Crowell, N. A. (1996). *Understanding violence against women*. Washington, DC: National Academy Press.
- Buunk, B. P., & Fetchenhauer, D. (2005). How to explain gender differences in fear of crime: Towards an evolutionary approach. *Sexualities, Evolution and Gender*, 7(2), 95-113.
- Canadian Centre of Justice Statistics (1995). Fear and personal safety. *Juristat*, 15(10), 25-32. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Carvalho, I., & Lewis, D. A. (2003). Beyond community: Reactions to crime and disorder among inner-city residents. *Criminology*, 41, 779-812.
- Cates, J. A., Dian, D. A., & Schnepf, G. W. (2003). Use protection motivation theory to access fear of crime in rural areas. *Psychology, Crime & Law*, 9(3), 225-236. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Chandola, T., Marmot, M., & Stafford, M. (2007). Association between fear of crime and mental health and physical functioning. *American Journal of Public Health*, 97, 2076-2081.
- Clarke, M., Forde, K., & Weinrath, D. (2007). Trends in fear of crime in a western canadian city: 1984, 1994, and 2004. *Canadian Journal of Criminology & Criminal Justice*, 49(5), 617-646.
- Covington, J., & Taylor, R. B. (1980). Fear of crime in urban residential neighborhoods: Implications of between- and within- neighborhoods sources for current models. *The Sociological Quarterly*, 32(2), 231-249.

Creswell, J. W. (1997). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Crime Is Low, but Fear Knows No Numbers (2007, December, 16). *New York Times*. Retrieved December 12, 2008, from the World Wide Web: <http://www.nytimes.com/2007/12/16/nyregion/thecity/16disp.html>

Cuddy, M., & Hannon, L. (2006). Neighborhood ecology and drug dependence mortality: An analysis of New York city census tracts. *American Journal of Drug & Alcohol Abuse*, 32(3), 453-463. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

de Donder, L., Messels, E., & Verté, D. (2005). Fear of crime and elderly people: Key factors that determine fear of crime among elderly people in West Flanders. *Ageing International*, 30(4), 363-376. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Dean, K., Gardner, W. L., Knowles, M. L., Lucas, G. M., & Molden D. C. (2009). Motivations for prevention or promotion following social exclusion: Being rejected versus being ignored. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(2), 415-431. Retrieved February 9, 2009, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Dolliver, M. (2007). Watching to see if an uptick in crime brings back the old climate of fear. *Adweek*, 48(38), 42-42.

Donnermeyer, J. F., O'Bryant, S. L., & Stafford, K. (1991). Fear of crime and perceived risk among older widowed women. *Journal of Community Psychology*, 19, 166-177. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Dull, R. T., & Wint, A. V. N. (1997). Criminal victimization and its effect on fear of crime and justice attitudes. *Journal of Interpersonal Violence*, 12(5), 748-758.

Durkheim, E. (1977). *Da divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença (Obra original publicada em 1893).

- Emerson, R. M., Fretz, R. I., & Shaw, L. L. (2001). Participant observation and fieldnotes. In A. J. Coffey, J. Lofland, L. H. Lofland, P. A. Atkinson, & S. Delamont (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 352-365). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Evans, D. J. (1995). *Crime and policing: Spatial approaches*. England: Avebury.
- Farral, S., & Gadd, D. (2004). The frequency of the fear of crime. *British Journal of Criminology*, 44, 127-132.
- Farral, S., Jackson, J., & Gray, E. (2007). *Theorising the fear of crime: The cultural and social significance of feelings of insecurity*. Retrieved December 12, 2008, from <http://ssrn.com/abstract=1012393>
- Farral, S., Jackson, J., & Gray, E. (2008). Reassessing the fear of crime. *European Journal of Criminology*, 5(3), 363-380.
- Farral, S., Jackson, J., & Gray, E. (2009). *Experience and expressions in the fear of crime: Politics, insecurity, social order and control*. Oxford: Oxford University Press.
- Ferguson, K. M., & Mindel, C. H. (2007). Modeling fear of crime in dallas neighborhoods: A test of social capital theory. *Crime & Delinquency*, 53(2), 322-349.
- Fernandes, L. (1998). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L., & Carvalho, M. C. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos: Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 14, 59-87.
- Ferraro, K. (1995). *Fear of crime: Interpreting victimization risk*. Albany: State University of New York Press.
- Ferraro, K. F. (1996). Women's fear of victimization: Shadow of sexual assault? *Social Forces*, 75(2), 667-690.

Ferreira, M. J. (1994). Bairro social do Arco do Cego: Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa. *Análise Social*, 127, 697-709.

Fisher, B., & Nasar, J. L. (1993). Hot spots of fear and crime: A multi-method investigation. *Journal of Environmental Psychology*, 13(3), 187-206. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Fontana, A., & Frey, J. (1994). Interviewing: The art of science. In N. K. Denzin (Ed.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). Thousand Oaks, CA: Sage.

Foucault, M. (2000). *Vigiar e punir* (23ª ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Furedi, F. (2006). *The politics of fear: Beyond left and right*. London: Continuum Press.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (1992). *O inquérito: Teoria e prática*. Oeiras: Celta.

Girling, E., Loader, I., & Sparks, R. (2000). *Crime and social control in middle England: Questions of order in an England town*. London: Routledge.

Goffman, E. (1971). *Relations in public*. New York, NY: Basic Books.

González-Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. São Paulo, SP: Thompson.

Greider, T., Little, R. I., & Krannich, R. S. (1985). Rapid growth and fear of crime: A four-community comparison. *Rural Sociology*, 50(2), 193-209. Retrieved November 3rd, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International Review of Victimology*, 4, 79-150.

Hartnagel, T. F. (1979). Perception and fear of crime: Implications for neighborhood cohesion, social activity, and community affect. *Social Forces*, 58(1), 176-193. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

- Heath, L. (1984). Impact of newspaper crime reports on fear of crime: Multimethodological investigation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47(2), 263-276.
- Heath, L., & Rosenbaum, D. (1990). Psycho-logic of fear-reduction and crime-prevention programs. In E. Posavac, J. Edwards, L. Heath, & R. Tindale (Eds.), *Social influence processes and prevention* (pp. 221-247). New York: Plenum.
- Heyl, B. S. (2001). Ethnographic interviewing. In A. J. Coffey, J. Lofland, L. H. Lofland, P. A. Atkinson, & S. Delamont (Eds.), *Handbook of ethnography* (pp. 369-383). Thousand Oaks: CA: Sage.
- Horton, M. J. (1988). *Fear of crime: A multidimensional approach*. Edmonton, AB: University of Alberta Press.
- Hough, M. (1995). *Anxiety about crime: Findings from the 1994 British Crime Survey*. London: Home Office Research and Statistics Department.
- Hunter, L. M., Krannich, R. S., & Smith, M. D. (2002). Rural migration, rapid growth, and fear of crime. *Rural Sociology*, 67(1), 225-236.
- Innes, M. (2004). Signal crimes and signal disorders: Notes on deviance as communicative action. *British Journal of Sociology*, 55, 317-334.
- Instituto Nacional de Estatística (2008). *Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Jackson, J. (2004) Experience and expressions: Social and cultural significance in the fear of crime. *British Journal of Criminology*, 44(6), 946-966.
- Jackson, J. (2006). Introducing fear of crime to risk research. *Risk Analysis*, 26(1), 253-264. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

- Jackson, J. (2008). A psychological perspective on vulnerability in the fear of crime. *Psychology, Crime and Law*. Retrieved December 12, 2008, from the world Wide Web: <http://eprints.lse.ac.uk/21534>
- Kaniasty, K., & Norris, F. (1992). Longitudinal study of the effects of various crime prevention strategies on criminal victimization, fear of crime. *American Journal of Community Psychology*, 20(5), 625-648.
- Keane, C. (1992). Fear of crime in Canada: An examination of concrete and formless fear of crime victimization. *Canadian Journal of Criminology*, 34(2), 215-224. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Kelling, G. L., & Wilson, J. Q. (1982). Broken windows. *Atlantic Monthly*, 3, 29-38.
- Kim, J. W., Mackin, J. R., & Schweitzer, J. H. (1999). The impact of the built environment on crime and fear of crime in urban neighborhoods. *Journal of Urban Technology*, 6(3), 59-73. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- King, N. (2004). Using interviews in qualitative research. In C. Cassel, & G. Symon (Eds.), *Essential guide to qualitative methods in organizational research* (pp. 11-22). London: Sage.
- Kohut, A., & Wike, R. (2009). Xenophobia on the continent. *National Interest*, 98(6), 46-52. Retrieved June 7, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Kon., I. (1980). Ethnography and psychology. In E. Gellner (Ed.), *Soviet & western anthropology* (pp. 217-227). London: Gerald Duckworth.
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Newbury Park, CA: Sage.
- Kvale, S. (1996). *Interviews: An introduction to qualitative research interviewing*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- LaGrange, R. L., Ferraro, K. F., & Supancic, K. (1992). Perceived risk and fear of crime: Role of social and physical incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29(3), 311-334.

- Lee, G. R. (1982). Residential location and fear of crime among the elderly. *Rural Sociology*, 47(4), 655-669. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- Lee, M. (1999). The fear of crime and self-governance: Towards a genealogy. *The Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 32, 227-246.
- Lee, M. (2001). The genesis of fear of crime. *Theoretical Criminology*, 5, 467-485.
- Lee, M. (2007). *Inventing fear of crime*. Portland, OR: Willan Publishing.
- Lindesay, J. (1991). Fear of crime on the elderly. *International Journal of Geriatric Psychiatry*, 6, 55-56. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.
- MacLatchie, J. M. (1987). *Insights into violence in contemporary Canadian society*. Ottawa: The John Howard Society of Canada.
- Maguire, M., Morgan, R., & Reiner, R. (1997). *Oxford handbook of criminology* (2nd ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Manita, C. (2008). Programas de intervenção em agressores de violência conjugal: Intervenção Psicológica e prevenção da violência doméstica. *Ousar Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 1(1), 21-32.
- Mawby, R. I. (2007). Alternative measures of 'fear of crime': Results from crime audits in a rural county of England. *International Review of Victimology*, 14(3), 299-320.
- Maxfield, M. G., & Lewis, D. A. (1980). Fear in the neighborhoods: An investigation of the impact of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 17(2), 160-189.
- McCrea, R., Shyy, T., Stimson, R. J., & Western, J. (2005). Fear of crime in Brisbane: Individual, social and neighbourhood factors in perspective. *Journal of Sociology*, 41(1), 7-27.

Mitchell, D. B., & Ziegler, R. (2003). Aging and fear of crime: An experimental approach to an apparent paradox. *Experimental Aging Research*, 23, 173-187. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Mucchielli, R. (1994). *Entrevista não-directiva*. São Paulo: SP: Martins Fontes.

Nasar, J. (1992). Hot spots of fear of crime at the micro and macro scale. In E. Arias, & M. Gross (Eds.), *Equitable and sustained habitats* (pp. 187-199). Stroudsburg, PY: Edra.

Pain, R. (1995). Elderly women and violent crime: The least likely victims? *British Journal of Criminology*, 35, 84-98.

Pain, R. (2000). Place, social relations and the fear of crime: A review. *Progress in Human Geography*, 24(3), 365-387. Retrieved November 3, 2008, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto, Porto.

Parker, K. D. (1988). Black-White differences in perceptions of fear of crime. *Journal of Social Psychology*, 128(4), 487-494.

Patton, M. (1990). *Qualitative evaluation and research methods*. California, CA: Sage Publications.

Pearson, G. (1983). *Hooligan: A history of respectable fears*. Hampshire: Palgarve Macmillan.

Perkins, D., & Taylor, R. (1996). Ecological assessment of community disorder: Their relationship to fear of crime and theoretical implications. *American Journal of Community Psychology*, 24, 63-107.

Phillips, T., & Smith, P. (2004). Emotional and behavioural responses to everyday incivility. *Journal of Sociology*, 40(4), 378-399.

- Reid, A. (1997). *The Ipsos Trend Report Canada*. Vancouver, BC: IPSOS.
- Rivlin, L. (1987). Neighborhood, personal identity and group affiliations. In L. Rivlin (Ed.), *Neighborhood and community environments* (pp. 1-34). New York, NY: Plenum.
- Roché, S. (2000). *Tolérance Zero? Incivilités et insecurités*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Roman, C. G., & Chalfin, A. (2008). Fear of walking outdoors: A multilevel ecologic analysis of crime and disorder. *American Journal of Preventive Medicine*, 34(4), 306-312.
- Sacco, V. (2005). *When crime waves*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Sampson, R. J., & Raudenbush, S. W. (2004). Seeing disorder: Neighborhood stigma and the social construction of Broken Windows. *Social Psychology Quarterly*, 67, 319-342.
- Skogan, W. G., & Klecka, W. R. (1997). *Fear of crime*. Washington, DC: American Political Science Association.
- Skogan, W., & Maxfield, M. (1981). *Coping with crime*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Sprott, J. B., & Doob, A. (1997). Fear, victimization and attitudes to sentencing, the courts, and the police. *Canadian Journal of Criminology*, 39(3), 275-291.
- Stapel, D. A., Reicher, S. D., & Spears, R. (1994). Social identity, availability and the perception of risk. *Social Cognition*, 12(1), 1-17.
- Sutton, R. M., & Ferral, S. D. (2005). Gender, socially desirable responding and the fear of crime: Are women really more anxious about crime? *British Journal of Criminology*, 45, 212-224.
- Szeles, M. R., & Tache, I. (2008). The forms and determinants of social exclusion in the European Union: The case of Luxemburg. *International Advances in Economic Research*, 14(4), 369-380. Retrieved February 9, 2009, from EBSCOHost Academic Search Elite database.

- Taylor, J., Eitle, D., & Russell, D. (2009). Racial/ethnic variation in the relationship between physical limitation and fear of crime: An examination of mediating and moderating factors. *Deviant Behavior*, 30(2), 144-174.
- Taylor, R. B., & Hale, M. (1986). Testing alternative models of fear of crime. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, 77(1), 151-18.
- Tulloch, M. (2003). Combining classificatory and discursive methods: Consistency and variability in responses to the threat of crime. *British Journal of Social Psychology*, 42(3), 461-476.
- Tyler, T. R. (1980). Impact of directly and indirectly experience events: The origin of crime-related judgments and behaviors. *Journal of Personality and Social Psychology*, 39, 27-38.
- Vala, J. (1999). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais*. (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- van der Wurff, A., & Stringer, P. (1998). Measuring fear of crime in residential environments. In D. Canter, G. Stephenson, J. C. Jesuíno, & L. Soczka, (Eds.), *Environmental social psychology* (pp. 135-148). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Vanderveen, G. (2006). *Interpreting fear, crime, risk and unsafety*. Den Haag: BJU Legal Publishers.
- Vasconcelos e Sá, T. (2000, Abril). Segurança e o seu sentimento na cidade. Texto apresentado no IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa.
- Walker, M. A. (1994). Measuring concern about crime: Some inter-racial comparisons. *British Journal of Criminology*, 34(3), 366-378.
- Walklate, S. (2007). Inventing fear of crime. *Punishment & Society*, 9(4), 439-441.
- Warr, M. (1987). Fear of victimization and sensitivity to risk. *Journal of Quantitative Criminology*, 3, 29-46.
- Warr, M. (2000). Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy. *Criminal Justice*, 4, 451-489.

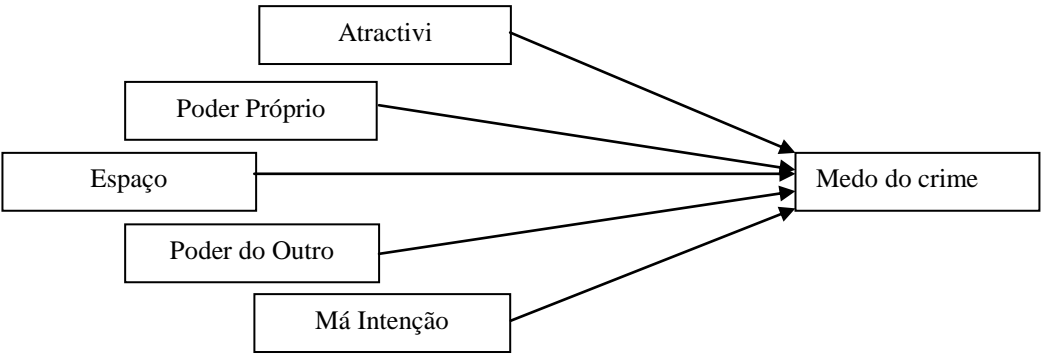
Weber, R. (1985). *Basic content analysis*. Beverly Hills, CA: Sage.

Winkel, F. W., & Vrij, A. (1990). Fear of crime and mass media crime reports: Testing similarity hypotheses. *International Review of Victimology*, 1, 251-265.

Wyant, B. (2008). Multilevel impacts of perceived incivilities and perceptions of crime risk on fear of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 45(1), 39-64.

Zedner, L. (2003). Too much security. *International Journal of the Sociology of Law*, 31, 155-184.

ANEXO 1 – Modelo para o medo do crime (adaptado de van der Wurff e Stringer, 1998)



ANEXO 2 – Pedido de colaboração escrito à C.M. Seixal



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Exma. Senhora
Dr^a Corália Loureiro
Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos
Património e Acção Social
Câmara Municipal do Seixal

Exma. Senhora Dr^a Corália Loureiro,

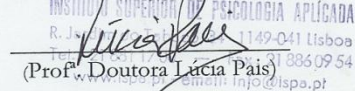
No âmbito da Unidade Curricular de Dissertação do Mestrado Integrado em Psicologia na área de especialização em Psicologia Clínica os alunos do Instituto Superior de Psicologia Aplicada têm que desenvolver um trabalho que tem uma componente prática de investigação.

Com o objectivo de recolha de dados para o referido trabalho, subordinado ao tema: “O Medo do Crime em Populações da Periferia de Bairros Sociais” vimos assim solicitar todo o apoio para que o nosso aluno Tiago Pires da Silva, possa levar a bom termo a sua realização.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada subscrevemo-nos atenciosamente,

Lisboa, 25 de Março de 2009

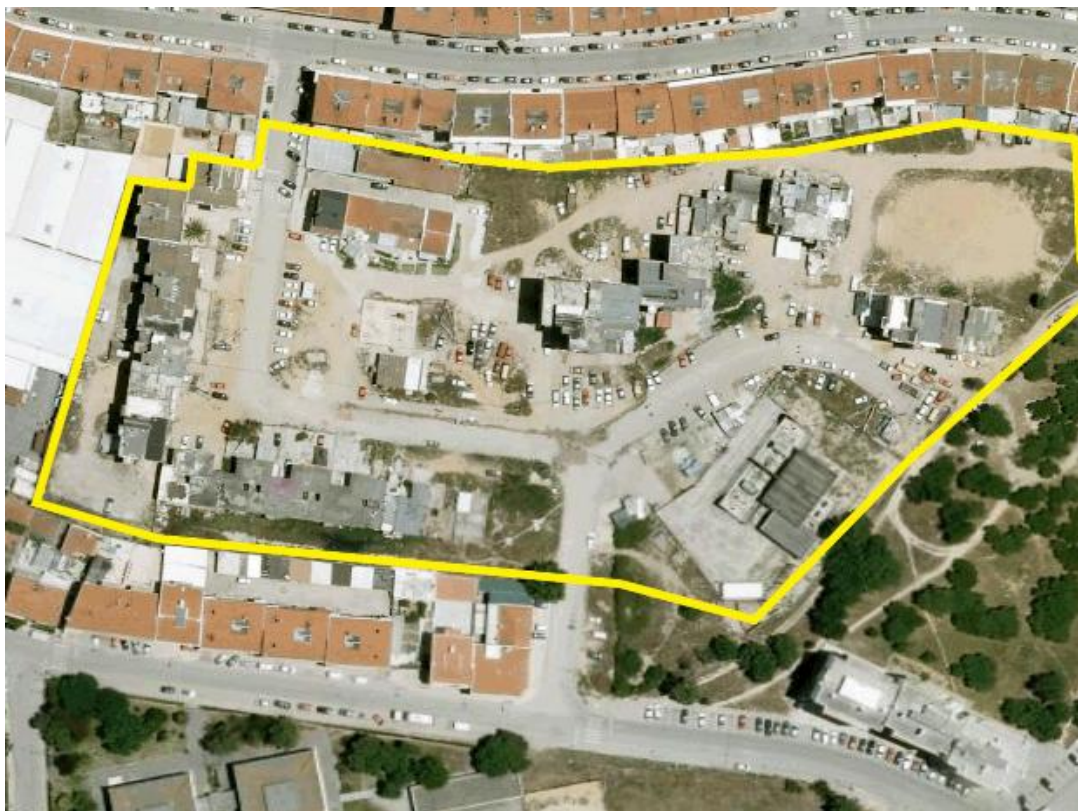
O Docente da Unidade Curricular


R. Jardim do Tabaco, 34 | 1149-041 Lisboa
Tel: 21 886 09 54 | Email: info@ispa.pt
(Prof.^a Doutora Lúcia Pais)

ANEXO 3 - Edifícios degradados no bairro de Vale de Chicharos (Jamaica)



ANEXO 4 - Vista aérea do bairro de Vale de Chícharos (Jamaica)



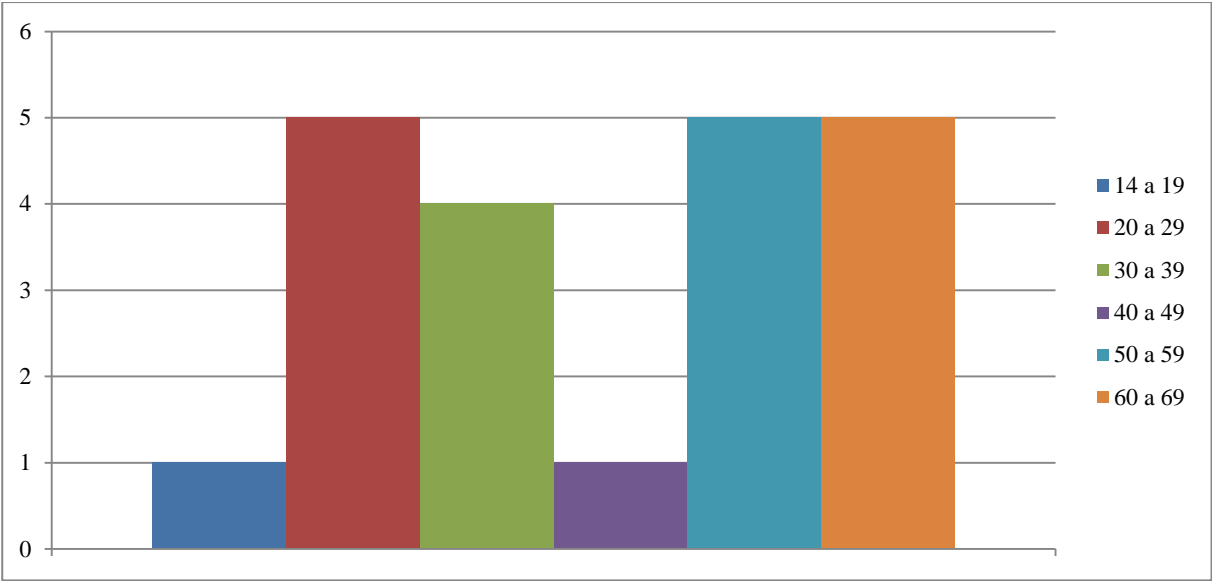
ANEXO 5 - Edifícios do bairro da Quinta da Princesa



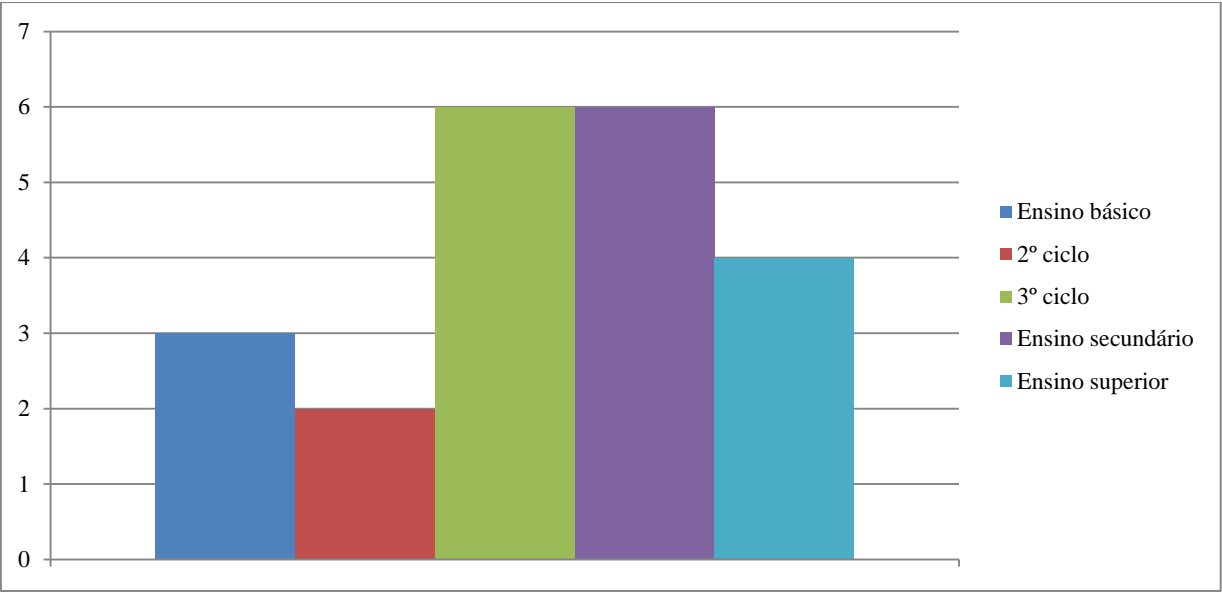
ANEXO 6 - Vista aérea do bairro da Quinta da Princesa



ANEXO 7 - Distribuição dos entrevistados por leques etários



ANEXO 8 - Distribuição dos entrevistados por habilitações literárias



ANEXO 9 – Entrevistas (excertos)

ID: 001M35.6 - 1. Uma situação qualquer? Epah, se eu sentir a presença de mais que uma pessoa que eu não conheça de lado nenhum com armas ou paus, que veja que vêm na minha direcção para me fazer mal ou para me roubar, sinto medo. Uma pessoa não está à espera e quando eles vêm para nos roubar, a gente fica sem saber o que há-de fazer, ficamos de mãos atadas, temos mesmo que dar tudo o que eles querem e acabou. Se uma pessoa tentar reagir, já sabe que está sujeito ao pior. Ou então se estiver em casa e a meio da noite me aparecer alguém lá dentro, também fico sem saber e claro que fico com medo.

ID: 005F39.12 - 2. Eu acho que o aspecto não tem nada a ver com a pessoa mas há determinadas que metem mais medo que outras. É assim, sei lá, desleixados, roupa rasgada, barba por fazer, cabelo grande. Mas é como eu disse, para mim, não tem nada a ver. Tanto pode uma pessoa de fato nos roubar como um mendigo todo porco. E depois há a cor da pele. Tenho mais medo dos negros, dos ciganos não tanto, mas dos negros tenho mais. Os ciganos não acho tão ameaçadores. Os pretos parece que impõem mais respeito, mas é dos jovens, porque dos negros mais velhos e as raparigas não tenho medo. Mas os pretos em si, malta nova a partir dos 14, 15 ou mesmo 13, metem respeito porque eu também tenho isso ao pé de mim.

ID: 005F39.12 - 2. Eu acho que o aspecto não tem nada a ver com a pessoa mas há determinadas que metem mais medo que outras. É assim, sei lá, desleixados, roupa rasgada, barba por fazer, cabelo grande. Mas é como eu disse, para mim, não tem nada a ver. Tanto pode uma pessoa de fato nos roubar como um mendigo todo porco. E depois há a cor da pele. Tenho mais medo dos negros, dos ciganos não tanto, mas dos negros tenho mais. Os ciganos não acho tão ameaçadores. Os pretos parece que impõem mais respeito, mas é dos jovens, porque dos negros mais velhos e as raparigas não tenho medo. Mas os pretos em si, malta nova a partir dos 14, 15 ou mesmo 13, metem respeito porque eu também tenho isso ao pé de mim.

ID: 009F59.9 - 3. Um bocado insegura, não totalmente, porque infelizmente não temos aquela protecção que devíamos ter e com o bairro aqui tão perto devia haver mais polícia e não há. Tenho medo dos assaltos e da violência que se ouve falar na televisão e que aquilo que acontece noutros bairros também possa acontecer aqui porque também há muita diferença de raças ali no bairro. As pessoas aqui, algumas já têm medo da própria sombra. Durante o dia sempre temos aqui a vizinhança e há mais luz e sempre nos podemos ir desviando mais

facilmente do perigo que possa haver. À noite até podemos estar deitados no chão a morrer que a outra pessoa nem sequer dá por nós.

ID: 008F56.9 - 3. Normalmente não saio à noite e quando saio é acompanhada. Mesmo assim se oiço passos à minha volta tento sempre ver quem vem atrás porque nunca sabemos de onde pode surgir o perigo. De um momento para o outro a situação pode mudar. De dia já andar sozinho às vezes é perigoso, quanto mais durante a noite. Realmente, nós temos que estar sempre atentos e alerta porque o perigo pode surgir a qualquer momento.

ID: 005F39.12 - 4. O que é que fazia? É assim... se estivessem ao pé do carro, não é? É assim, se o meu marido estivesse em casa eu voltava para trás e dizia-lhe para ele ver o que é que se passava ali. Mas é assim, isso é uma das situações, agora se não tivesse ninguém, primeiro via o aspecto deles e via se era só rapazes que estavam ali, se eram novos, a idade, tinha isso tudo em conta. Se me tivessem a assaltar o carro, entrava dentro de casa e ia telefonar à polícia. Se tivesse mistura de rapazes e raparigas eu enfrentava, chegava lá e dizia, “com licença, preciso entrar no carro”. Agora, se eu visse que era um grupo de pretos ou de rapazes ali e se visse que eles estavam ali mesmo para a maldade, voltava para trás e chamava a polícia. Nunca enfrentava a situação sozinha.

ID: 011M54.6 - 4. Como não sou nenhum herói, é lógico que se verificar que essas pessoas estão ali para roubar volto para trás imediatamente e chamo a polícia se estiverem ali durante muito tempo. Agora, se forem pessoas normais, que até podem estar ali só a falar ou que vão entrar nos carros, então sigo o meu caminho e peço licença para passar.

ID: 005F39.12 - 5. Viver perto do bairro acaba por não interferir no meu dia a dia, porque eu tento nem ligar mas, é assim, tenho respeito e tenho medo ao mesmo tempo. É que eu a partir das 22.30, 23 horas não consigo ir sozinha para a rua como disse há bocado. Aqui do bairro conheço algumas pessoas, porque andaram a estudar comigo, foram da minha turma. Mesmo a minha filha conhece pessoas ali do bairro, mas são sítio que eu também tento evitar, devo dizer, não vou para lá, pronto. Mas tento fazer a minha vida e não ligar muito a essas coisas. Parece que a gente quanto mais liga, mais atraímos essas coisas e então eu tento afastar-me de tudo. Eles põem-se ali debaixo da minha janela a fazer barulho. Os dos dois bairros juntam-se

sempre ali, porque há droga e ficam ali mesmo por baixo da janela da minha sala. Eles estão ali, é asneira por detrás de asneira, falam alto, uma pessoa à noite quer estar descansada e não pode. Chega o Verão, quer ter a janela aberta, também não podemos porque estão ali a fumar ganzas. Muitas vezes o meu marido irrita-se e quer ir lá porque se revolta, mas também já vimos que não vale a pena porque são gajos que já foram presos, têm armas e eles não têm problema em chegar ali e darem dois tiros a uma pessoa. Eu então evito complicações e digo ao meu marido para os deixar à vontade a gritar e a dizer asneiras porque eu quero lá saber. Prefiro assim do que desgraçar uma vida. Mas isto revolta-me porque a gente não pode fazer nada. Nós chamamos a polícia, a polícia passa por ali e eles fogem. O primeiro carro que tivemos, o meu marido foi lá refilar com eles e só sei que uns dias depois me apareceu uma cruz riscada no capô do carro, por isso já nem dizemos nada.

ID: 012M23.9 - 5. Olha, nem tenho medo nem grandes amigos. No tempo de escola tinha colegas que andavam lá mas como a “onda” deles nunca foi a minha, também praticamente só nos viamos nas aulas e pouco mais. Mas também não tínhamos problemas. Portanto, desde que deixei de estudar naquela escolha nunca mais tive contacto com ninguém de lá. Mas, por aquilo que sei, também não quero ter nada com eles porque dali não saem coisas muito boas.

ID: 019M53.12 - 6. Características de um lugar inseguro...Um bairro degradado, portanto, ao nível da habitação, portas escancaradas, vidros partidos, à partida é logo uma imagem visual que não dará, com certeza, muita tranquilidade a quem circule num espaço desses. Depois, a proximidade, os acessos, a esses sítios se, efectivamente, estiverem com problemas de iluminação, portanto, durante o período nocturno, naturalmente poderão também suscitar alguma preocupação ou, pelo menos, alguns sinais de alerta que me façam pensar duas vezes se vale a pena frequentar. São duas características que a mim me causariam alguma preocupação.

ANEXO 10 – Guião de entrevista (excerto)

1. É pedido aos entrevistados que exemplifiquem situações em que se poderiam sentir inseguros ou em que teriam medo de sofrer um crime.

Pedir exemplo.

Se o entrevistado não for capaz de elaborar nenhuma história dá-se um exemplo:

“Sinto-me inseguro quando estou a caminhar numa rua sozinho e sinto a presença de uma pessoa ou um grupo de pessoas que me são desconhecidas e cujo aspecto considero ameaçador”.

Após apresentar o exemplo perguntamos ao entrevistado se consegue elaborar alguma situação deste tipo.

5. Como se sente por viver na proximidade de um bairro social? (p.e. tem medo dos habitantes do bairro? Tem amizades com pessoas do bairro? De que modo interfere no seu dia-a-dia?).

ANEXO 11 - Grelha de análise de conteúdo

Pré-Categorias	Categorias	Sub-Categorias	Exemplos	Indicadores	Definição
A. Medo do Crime					Codificam-se nesta pré-categoria todas as unidades de registo (u.r.) nas quais os entrevistados caracterizam o medo do crime.
	A.1. Onde				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevem os locais mais frequentemente associados a práticas criminais.
		A.1.1. Em casa	ID: 001M35.6 - "ou então se estiver em casa e (...) aparecer alguém lá dentro".	Caso do próprio, casa de amigos, familiares ou conhecidos	U.r. que estão relacionadas com o medo das pessoas serem vítimas de crime no interior da sua casa.
		A.1.2. Fora de casa	ID: 005F39.12 - "se vou na rua (...) uma pessoa tem sempre medo".	Parques, locais de diversão nocturna	U.r. que estão relacionadas com o medo das pessoas serem vítimas de crime quando estão na rua.
	A.2. De quem				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevem como os entrevistados vêm as pessoas causadoras de medo.
		A.2.1. De grupos de pessoas	ID: 001M35.6 - "se eu sentir a presença de mais que uma pessoa (...) sinto medo".	Mais do que uma pessoa	U.r. que descrevem o número de pessoas a partir do qual os entrevistados têm medo de ser vítimas de crime.
		A.2.2. De pessoas desconhecidas	ID: 002F60.12 - "se vejo alguém estranho (...) tenho muito medo".	Pessoas desconhecidas ao entrevistado	U.r. que se relacionam com o medo que as pessoas têm de ser vítimas de crimes por parte de pessoas desconhecidas.
		A.2.3. Raça/Etnia	ID: 005F39.12 - "e depois há a cor da pele. Tenho mais medo dos negros".	Brancos, Negros, Ciganos	U.r. que descrevam a raça das pessoas que causa medo nos entrevistados.
		A.2.4. Toxicodependentes	ID: 010F54.9 - "mas temos sempre medo daquelas pessoas que são mal encaradas e têm aspecto de drogados".	Consumidores de droga, lugares da droga	U.r. que estão relacionadas com o medo das pessoas serem vítimas de crime por parte de toxicodependentes.
		A.2.5. Idade	ID: 005F39.12 - "malta nova, a partir dos 14, 15 ou mesmo 13, metem respeito porque eu	Adolescentes, jovens adultos, adultos	U.r. que descrevem a idade ou extracto etário das pessoas que provocam mais

		também tenho disso ao pé de mim".		medo aos entrevistados.
	A.2.6. Género	ID: 005F39.12 - "das raparigas não tenho medo".	Masculino, feminino	U.r. que descrevem o género das pessoas que causam medo aos entrevistados.
	A.2.7. Olhar	ID: 003M46.L - "um olhar fixo, de caça".	Características do olhar, olhar predatório	U.r. Que descrevem as características do olhar que causam medo aos entrevistados.
	A.2.8. Vestuário	ID: 007M68.4a - "às vezes com calças largas ou blusões grandes".	Calças, blusões, gorros, roupa detriorada	U.r. Que descrevem as cacarcterísticas do vestuário que causam medo aos entrevistados.
	A.2.7. Outras características	ID: 001M35.6 - "depende da pessoa e das características".	Comportamento anómalo, degradação física, desleixo na higiene	U.r que descrevam as características comportamentais das pessoas que causam medo aos entrevistados.
A.3. Quando				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevem a altura do dia mais frequentemente associada a práticas criminais.
	A.3.1. De dia	ID: 008F56.9 - " de dia, já andar sozinho, às vezes, é perigoso".	À luz do dia, amanhecer	U.r. que dizem respeito ao medo dos entrevistados de serem vítimas de crime durante o dia.
	A.3.2. De noite	ID: 005F39.12 - "quando chego, à noite, olho sempre em redor a ver se não está ninguém ali".	Sem luz natural, anoitecer, crepúsculo	U.r. que dizem respeito ao medo dos entrevistados de serem vítimas de crime durante a noite.
A.4. Porque				Codificam-se neste categoria todas as u.r. que descrevem a razão pela qual os entrevistados têm medo de ser vítima de crime.
	A.4.1. Atractividade	ID: 005F39.12 - "mas eu que sou mulher, eles já aos homens fazem mal, quanto mais a uma mulher".	Posse de bens materiais, género do entrevistado, valor material	U.r. que se relacionam com a forma como os entrevistados se vêm a atrair, para si, o crime.
	A.4.2. Poder do próprio	ID: 018F23.L - "a partir de certa hora os comboios viajam quase sem ninguém"	Inferioridade numérica, desvantagem física, características pessoais	U.r. que se caracterizam o poder do entrevistado quando confrontados com uma situação de crime.
	A.4.3. Poder do outro	ID: 001M35.6 - "com armas ou paus".	Armas	U.r. que caracterizam o poder que o

					criminoso tem face ao entrevistado.
	A.4.4. Intenção	ID: 002F60.12 - "e quando me viu, veio passar para o meu lado. Aí entrei um bocado em pânico".	Caminhar na sua direcção, ameaças explícitas		U.r. que descrevem as más intenções dos criminosos.
	A.4.5 Experiências passadas	ID: 004M60.4a - "Toda a gente me dizia, «Eh pah, tu vais por aí a pé?», e eu, «Vou»".	acontecimentos prévios, exemplos da vida do sujeito		U.r. que descrevam situações passadas na vida do entrevistado que contribuem para a formação de medo do crime.
	A.5. Reacção				Codificam-se neste categoria todas as u.r. que descrevem as reacções dos entrevistados em situações onde sentem medo do crime.
	A.5.1. Evitamento	ID: 002F60.12 - "voltava imediatamente para trás, não ia para o carro".	Mudança do comportamento habitual, voltar para trás, não enfrentar		U.r. que descrevem os comportamentos de evitamento dos entrevistados perante uma situação causadora de medo.
	A.5.2. Confrontação	ID: 001M35.6 - "eu pedia para se afastarem que eu queria entrar".	Abordagem verbal ou física, continuar o seu caminho		U.r. que descrevem os comportamentos de confronto dos entrevistados perante uma situação causadora de medo.
	A.5.3. Indecisão	ID: 001M35.6 - "uma pessoa não está á espera (...) a gente fica sem saber o que há-de fazer".	Surpresa		U.r. que descrevem os comportamentos de indecisão dos entrevistados perante uma situação causadora de medo.
B. Bairros Sociais					Codificam-se nesta pré-categoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem os bairros sociais.
	B.1. Espaço físico				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que caracterizem os espaços físicos relacionados com os bairros sociais.
	B.1.1. Dentro do bairro	ID: 005F39.12 - "assim sítios pobres como aqui o bairro, que parece bairro de ciganos".	Referência a ruas, blocos de prédios, estabelecimentos		U.r. que caracterizem o espaço físico dos bairros sociais em estudo.
	B.1.2. Fora do bairro	ID: 001M35.6 - "eu até aos meus 20 anos vivi ao pé do Bairro da Chegadoinha e do Bairro Amarelo, um em Almada e outro na Piedade".	Outros bairros ou localidades		U.r. que caracterizem o espaço físico das periferias dos bairros sociais em estudo.
	B.1.3. Periferia do bairro	ID: 005F39.12 - "por que é assim, a minha zona tem dois bairros sociais mesmo ali".	Residência dos entrevistados, ruas, estabelecimentos		U.r. que se relacionem com espaços físicos fora dos bairros sociais em estudo.

B.2. As pessoas				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que possam descrever e caracterizar as pessoas que de alguma forma possam estar relacionadas com os bairros sociais.
	B.2.1. Do Bairro	ID: 006F34.12 - "é normal que conheça gente que mora tanto aqui neste bairro como no outro lá do outro lado".	Habitantes do bairro	U.r. que descrevam e caracterizem as pessoas moradoras dos bairros sociais em estudo.
	B.2.2. De fora do bairro	ID: 008F56.9 - "são os que vêm de fora" / ID: 004M60.4a - "há muita gente de fora que vai ali".	Visitantes, familiares, amigos dos habitantes do bairro, moradores de outros bairros	U.r. que descrevam e caracterizem as pessoas que embora não morem nos bairros sociais têm interação com o bairro social.
	B.2.3. Da periferia do bairro	ID: 010F54.9 - "e quando se fala com as pessoas".	Entrevistados	U.r. que descrevam e caracterizem as pessoas moradoras da periferia dos bairros sociais em estudo.
B.3. Actividade				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que permitam descrever as actividades relacionadas com os bairros sociais em estudo.
	B.3.1. Comércio	ID: 002F60.12 - "aqui ao pé do café e as pessoas todas a ver".	Lojas, bancos	U.r. que estejam relacionadas com a actividade comercial não só do bairro social como da sua periferia.
	B.3.2. Tráfico	ID: 010F54.9 - "há muito tráfico de droga que até é bem visível e, por aquilo que dizem, também há tráfico de armas e coisas roubadas".	Droga, armas, materiais roubados	U.r. que descrevam o tráfico relacionado com os bairros sociais em estudo.
	B.3.3. Violência	ID: 004M60.4a - "por exemplo, dentro dos bairros sociais, que a toda a hora é tiros e facadas e insegurança".	Confrontos físicos, verbais, destruição de propriedade pública ou privada	U.r. que descrevam episódios de violência associados aos bairros sociais em estudo.
	B.3.4. Outros crimes	ID: 007M68.4a - "porque são sítios onde geralmente se dão crimes, para roubar dinheiro ou os carros".	Assaltos, carjacking	U.r. que descrevam a ocorrência de crimes relacionados com furtos.
B.4. Sentimentos face ao bairro				Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que descrevam os sentimentos dos entrevistados face aos bairros sociais em estudo.
	B.4.1. Negativos	ID: 001M35.6 - "mas ir a esses bairros já tinha um bocado de receio".	Repugnância, evitamento,	U.r. que digam respeito aos sentimentos negativos face aos bairros sociais em

				desagrado, medo	estudo.	
		B.4.2. Indiferença	ID: 004M60.4a - "eu, amizades, não tenho (...) vou ao café na mesma, como se não vivesse ali. A mim não me faz diferença".	Indiferença, despreocupação	U.r. que digam respeito aos sentimentos positivos face aos bairros sociais em estudo.	
Categorias Emergentes						
	C. Comunicação Social		ID: 019M53.12 - "pelas notícias, que de vez em quando surgem na televisão, nos jornais, nos meios de comunicação social, quer escrito, audível ou visual".	Jornais, televisão, rádio	Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que relacionem os meios de comunicação com o medo do crime.	
	D. Incivildades					Codificam-se nesta categoria todas as u.r. que permitam caracterizar as incivildades descritas pelos entrevistados.
		D.1. Sujidade	ID: 002F60.12 - "sítios com falta de higiene (...) com lixo espalhado".	Lixo, falta de saneamento básico,	U.r. que se relacionem com a identificação de locais sujos por parte dos entrevistados.	
		D.2. Graffitis	ID: 002F60.12 - "paredes pintadas".	Paredes e mobiliário urbano pintados	U.r. que se relacionem com a identificação de graffitis por parte dos entrevistados.	
		D.3. Mau estado dos acessos	ID: 002F60.12 - "com poças de água nas estradas, às vezes que nem alcatroadas estão".	Ruas com buracos, não alcatroadas, sem bermas	U.r. que se relacionem com a identificação de mau estado dos acessos por parte dos entrevistados.	
		D.4. Barulho	ID: 003M46.L - "às vezes ouvimos mais barulho ao longe".	Música alta, discussões em voz alta, gritos	U.r. que se relacionem com a identificação de barulho por parte dos entrevistados.	
		D.5. "Janelas partidas"	ID: 005F39.12 - "alguns têm casas abandonadas ou com vidros partidos".	Janelas e portas dos prédios e das casas partidas, vandalizados	U.r. que se relacionem com a identificação de janelas partidas por parte dos entrevistados.	

ANEXO 12 – Distribuição das unidades de registo por subcategoria

Subcategorias	U.r.	Subcategorias	U.r.
A.1.1. Em casa	10	B.1.2. Fora do bairro	13
A.1.2. Fora de casa	69	B.1.3. Periferia do bairro	43
A.2.1. De grupos de pessoas	31	B.2.1. Do Bairro	49
A.2.2. De pessoas desconhecidas	14	B.2.2. De fora do bairro	15
A.2.3. Raça/Etnia	56	B.2.3. Da periferia do bairro	5
A.2.4. Toxicodependentes	22	B.3.1. Comércio	7
A.2.5. Idade	13	B.3.2. Tráfico	6
A.2.6. Género	6	B.3.3. Violência	8
A.2.7. Olhar	10	B.3.4. Outros crimes	13
A.2.8. Vestuário	22	B.4.1. Negativos	15
A.2.7. Outras características	101	B.4.2. Indiferença	26
A.3.1. De dia	20	C. Comunicação social	16
A.3.2. De noite	58	D.1. Sujidade	9
A.4.1. Atractividade	33	D.2. <i>Graffiti</i> s	1
A.4.2. Poder do próprio	79	D.3. Mau estado dos acessos	2
A.4.3. Poder do outro	10	D.4. Barulho	10
A.4.4. Má intenção	57	D.5. "Janelas partidas"	23
A.4.5. Experiências passadas	26		
A.5.1. Evitamento	61		
A.5.2. Confrontação	29		
A.5.3. Indecisão	13		
B.1.1. Dentro do bairro	34		